

SUMÁRIO

2	ENTREVISTA
	Ana Júlia Carepa - Governadora do Estado do Pará
5	CONGRESSO
	II Congresso Consad de Gestão Pública
8	ALAGOAS
	Censo de servidores públicos auxiliando na gestão de pessoas
12	AMAPÁ
	Reengenharia do modelo de gestão
16	AMAZONAS
	Sistema de controle de gastos com viagens
18	BAHIA
	Corte de gastos com licitação, recursos humanos e custeio
21	CEARÁ
	Avaliação de desempenho
23	ESPRITO SANTO
	Inovação incentivada e premiada
26	GOIÁS
	Regras contra o nepotismo
28	MARANHÃO
	Projeto "Viva Lagoa"
30	MATO GROSSO
	"Aposentadoria em 15 minutos" até dezembro
33	MINAS GERAIS
	Programa de Desenvolvimento de Gestores Públicos
36	PARÁ
	Congresso de pregoeiros
37	PARANÁ
	Serviços de limpeza e vigilância acompanhados de perto
40	PERNAMBUCO
	ATI ganha reconhecimento do Governo Federal
43	PIAÚI
	Novos sistemas de informação mudam administração
46	RIO GRANDE DO NORTE
	O desafio de aproximar as gestões estadual e municipal
48	RIO GRANDE DO SUL
	Economia no sistema de manutenção da frota de veículos
50	RORAIMA
	Segad realiza "I Oficina de Trabalhos" para servidores
52	SANTA CATARINA
	Programa de descentralização
55	SÃO PAULO
	Prêmio Mario Covas anuncia vencedores
59	SERGIPE
	Nova linha de crédito para MPEs sergipanas
62	TOCANTINS
	Estado valoriza servidores e garante mobilidade com os PCCs

EDITORIAL



Iniciamos 2009 realizando o II Congresso do Consad. Trazer para o país palestrantes de renome internacional foi para nós uma tarefa árdua. Escolher os melhores nomes, que pudessem agregar informações à realidade dos gestores públicos brasileiros, nos ajudou a perceber o quanto o Brasil

está alinhado com as melhores práticas na administração. O número de palestras triplicou este ano, em relação ao I Congresso do Consad. Estados, entidades e governo federal tiveram ainda mais espaço para expor suas idéias. Foram mais de 1,4 mil participantes. Para o próximo Congresso, já temos muitas sugestões e estamos trabalhando para melhorar ainda mais este encontro.

Os fóruns nos estados têm sido momentos importantes de troca de experiências. É oportunidade única para os secretários de Administração, pois cada um destes encontros mostra casos diferentes e exitosos de gestão pública. Os representantes dos estados têm levado muitos programas de governo que deram certo em suas regiões, e os fóruns são hoje a melhor forma de troca de conhecimento já efetuada em nosso setor. A inclusão de palestras de entidades conceituadas durante estas reuniões, também se mostrou outra forma acertada de ter acesso ao que há de mais moderno no Brasil e no mundo, em termos de administração pública.

O primeiro semestre de 2009 também foi marcado por encontros com parlamentares, em Brasília. Em nosso último fórum, no Piauí, vimos a necessidade de se montar uma assessoria parlamentar permanente, para que possamos plantar a semente da gestão pública no Congresso Nacional. Em abril, nos reunimos com 13 senadores e o tema principal de nossos encontros foi o Projeto de Lei Complementar (PLC) 32, que propõe mudanças na Lei de Licitações (8.666). O projeto é meta prioritária dentro da agenda legislativa de interesse da gestão pública, do Consad.

Outro grande avanço este ano foi a liberação de uma verba de R\$ 300 milhões, do BNDES, para financiamento da melhoria da qualidade do gasto público e do ambiente de negócios, em cidades com menos de 50 mil habitantes. Muitos estados já começaram a se movimentar.

Ainda viveremos os reflexos da crise mundial até o final deste ano. Mas sairemos dela fortalecidos e na certeza de que, apenas com boas práticas de gestão pública, veremos os efeitos de bolhas internacionais, afetarem minimamente a máquina pública e a qualidade do atendimento ao cidadão.

Paulo César Medeiros de Oliveira Jr.
Presidente do Consad

Ana Júlia de Vasconcelos Carepa

Governadora do Estado do Pará

Ana Júlia de Vasconcelos Carepa é a primeira governadora mulher do Estado do Pará. Nascida em Belém do Pará, é a única mulher entre sete irmãos. Formada pela Universidade Federal do Pará (UFPA) e bancária concursada do Banco do Brasil desde 1983, começou sua militância política participando da Comunidade de Base do Jurunas (COBAJUR). Nos anos oitenta, Ana Júlia Carepa iniciou sua atuação sindical no Movimento de Oposição Bancária (MOB). Em 1992, foi eleita vereadora em Belém, a mais votada pelo Partido dos Trabalhadores (PT). Em 1994, se elegeu deputada federal e, em 1996, Edmilson Rodrigues e Ana Júlia Carepa disputaram as eleições municipais pela Frente Belém Popular. Em 1997, renunciou ao mandato de deputada federal para assumir a vice-prefeitura de Belém, passando a atuar como vice-prefeita e Secretária Municipal de Urbanismo. Em 2000, foi eleita a vereadora mais votada na história do Pará (26.729 votos). Em 2002, Ana Júlia venceu a eleição para senadora, sendo eleita não só a primeira mulher a representar o Pará no senado, mas também, a mais votada em toda história, com mais de um milhão de votos.

Transparência é uma questão que está sempre entre as cobranças da sociedade. Quais as ações do governo do Pará para atender a este anseio?

AJ - Destaco o papel da Auditoria Geral do Estado, que tem a função de fiscalizar e exercer o controle interno das ações do Governo do Estado, e que tem disponibilizado dados sobre a administração pública para acesso livre pela internet, no sítio "Transparência Pará". Por outro lado, a internet deixou de ser benefício para poucos, porque estamos garantindo o acesso não só em escolas e órgãos públicos, como abrindo infocentros públicos e com acesso gratuito, em todo o Estado, por meio do programa de inclusão digital "NavegaPará". Da mesma forma, o Governo tem se aproximado e prestado informações de forma célere aos órgãos de controle externo, como o Tribunal de Contas do Estado e o Ministério Público, agindo preventivamente para garantir o andamento dos processos administrativos dentro de todas as normas da legalidade. Além disso, é claro, existe a parti-

cipação direta da sociedade na observação e discussão de nossas ações em todas as áreas administrativas.

Como tem sido a participação da sociedade civil na administração pública do estado?

AJ - Nossa governo é, por princípio, um governo popular, por isso fortalecemos essa participação. Criamos um instrumento pelo qual o povo influencia diretamente na decisão dos investimentos para os municípios, que é o Planejamento Territorial Participativo (PTP), pelo qual realizamos conferências com ampla representatividade dos setores sociais em todas as microrregiões do Pará. Cada região escolheu seus conselheiros, responsáveis por defender as demandas das comunidades e também por atuar como observadores da gestão do Estado. Além disso, temos mantido um diálogo constante e profícuo com os movimentos sociais, que nos ajudam a direcionar melhor as políticas públicas. Fortalecemos outros instrumentos de participação e controle social, apoiando a



reestruturação dos conselhos de direitos, como fizemos ao criar a "Casa dos Conselhos", que reúne num só espaço os conselhos da Criança e Adolescente, da Pessoa Idosa e da Assistência Social, e também definimos por regra que todas as obras realizadas pelo Estado devem ter comissões de fiscalização, as Cofis, que são formadas por representantes das áreas impactadas. Abrir as portas para a participação popular sempre foi uma marca e um diferencial das administrações do Partido dos Trabalhadores. Isso faz parte da nossa história.

As assembléias públicas promovidas pelo estado chamaram a atenção da sociedade?

AJ - Sem dúvida. A enorme frequência popular nas conferências do PTP é uma prova disto. No nosso primeiro ano de governo, em 2007, realizamos 12 plenárias regionais e 143 assembléias públicas municipais, chegando a todas as cidades paraenses, reuniões que congregaram mais de 86 mil pessoas. E os 3.983 conselheiros

eleitos nesse processo continuam atuantes na discussão das políticas para o Estado, marcando presença nas reuniões periódicas dos conselhos regionais do PTP.

Quais as mudanças geradas pela participação da sociedade?

De imediato, o que se tem é uma gestão mais democrática, transparente e plural, capaz de representar as expectativas e atender às necessidades do Estado como um todo e não apenas de um grupo ou outro. Para se ter uma idéia, 430 demandas das mais variadas, de implantação de cursos superiores a repasse de patrulhas agrícolas, foram eleitas pelo povo a partir das assembléias do PTP e se transformaram em ações previstas no orçamento público. Em médio e longo prazo, o que teremos é uma sociedade politicamente mais madura, consciente de seus direitos, de seu poder de organização, e também dos deveres de cidadão de observar como o dinheiro público está sendo aplicado. Essa mudança também leva a outra,

à formação de gestores públicos mais responsáveis, que sabem que serão cobrados pelos seus atos e a uma forma de se fazer política que não é pautada pelo assistencialismo, mas pela co-responsabilidade e pela parceria.

Quais experiências de gestão merecem destaque no governo?

AJ – Uma experiência que avalio inovadora, é a interligação on-line de todos os órgãos do governo estadual, assim como de órgãos municipais e federais, pela rede digital do "NavegaPará" e, com isso, a possibilidade que tivemos de criar vários instrumentos de governança eletrônica, como consulta de cadastros e nota fiscal avulsa. Além disso, nosso governo tem colocado em prática o pacto federativo, buscado a gestão em parceria com os municípios. Temos feito isso, por exemplo, na área da saúde: o Pará foi um dos únicos estados a implantar o sistema de repasse Fundo a Fundo, repassando recursos diretamente para as prefeituras, para o fortalecimento da Atenção Básica, mas exigindo também co-responsabilidade e cumprimento de metas para a melhoria dos indicadores de saúde. Outra experiência é a aproximação com o setor produtivo, com a implantação do Fórum Paraense de Competitividade, que reúne periodicamente órgãos de governo e empresariado dos diversos setores, e que tem ajudado a direcionar decisões para eliminar gargalos no crescimento econômico do estado.



“430 demandas das mais variadas, de implantação de cursos superiores a repasses de patrulhas agrícolas, foram eleitas pelo povo a partir das assembléias do Planejamento Territorial Participativo”

II Congresso Consad de Gestão Pública

A pauta governamental em debate

O II Congresso Consad de Gestão Pública foi aberto no dia 6 de maio, no Centro de Convenções Ulysses Guimarães, em Brasília. O encontro reuniu 20 secretários de estado e cerca de 1,4 mil participantes. Na solenidade de abertura, a mesa foi composta pelo presidente do Consad e secretário de Administração e Recursos Humanos do Rio Grande do Norte, Paulo César de Medeiros, pelo secretário executivo do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, João Bernardo Bringel, pela secretária-adjunta de Estado de Planejamento e Gestão do Distrito Federal, Ceres Alves Prates, e pelo procurador-geral de Justiça do Rio Grande do Norte, José Augusto Peres.

O secretário-executivo João Bernardo Bringel destacou a

importância do congresso diante do atual cenário de crises. Segundo ele, 2009 é o ano da gestão pública. Ele afirmou ainda que o Congresso discutiria temas que são pautas do setor público neste ano. O presidente do Consad, Paulo Medeiros, afirmou que os temas dos painéis previstos iriam fomentar o debate sobre gestão pública entre os governos e a sociedade. Depois, saudou os representantes de todos os estados presentes e destacou que o principal objetivo do evento é refletir uma boa gestão nas demandas da sociedade.

Na fase de preparação do Congresso, o Consad recebeu a inscrição de 400 trabalhos. Destes, 196 foram selecionados para se apresentar dentro de 65 painéis, nos três dias de Congresso. O evento ainda contou com quatro conferências e uma palestra.

Michael Barzelay

A conferência inaugural foi conduzida pelo doutor em Ciência Política da Universidade de Yale (EUA) Michael Barzelay. Consultor na área de gestão pública junto a diversas organizações, incluindo BID e Banco Mundial, Barzelay ministrou a palestra “O debate da qualidade do governo enfrenta a desconfiança institucional: imparcialidade, custo do controle e políticas de gestão”. Em seu relato sobre suas experiências em atividades de consultoria organizacional, o cientista político reconheceu a dificuldade em identificar uma metodologia de gestão no setor público. Barzelay destacou que, para ter sucesso na gestão pública de longo prazo, é necessário criar ideias e ser capaz de implementá-las. “É preciso planejar, organizar, direcionar e saber aplicar, evitando riscos”, orientou Barzelay.



A apresentação ainda contou com uma exposição apontando que, para ter melhor eficiência e eficácia, os governantes precisam adotar medidas que visem combater a corrupção nos órgãos oficiais. Segundo Barzelay, para que a gestão orientada tenha bons resultados a longo prazo, é preciso estabelecer metas. O cientista político também disse que o valor público é a base deste

setor, e é missão do gestor público garantir que o custo não ultrapasse o benefício. E complementou: “As mudanças organizacionais só são possíveis quando há uma interação coletiva entre todos os envolvidos. A gestão orientada envolve todas as lideranças, podendo utilizar elementos tecnológicos para misturar as novas experiências com as antigas que deram resultado”.

Débora Wetzel

Diretora da Rede de Governança e Setor Público do Banco Mundial, Débora Wetzel é Doutora em Economia e Finanças Públicas pela Universidade de Oxford, e foi palestrante na conferência “Desafios da gestão pública no contexto da crise financeira” e fez uma leitura sobre o atual cenário mundial, analisando de que forma a crise influencia nas tomadas de decisões dos governos de todo o mundo e quais são os desafios no enfrentamento da questão.

Débora abriu a apresentação afirmando que “o mundo está observando atentamente o Brasil”, por conta das experiências de gestão pública exitosas, desenvolvidas no País. A conferencista fez uma análise de crise, traçando paralelos entre épocas de grandes mudanças estruturais ocorridas na economia mundial, em diferentes momentos da história. Ela descreveu a progressão da atual turbulência econômica, desde seu epicentro, nos EUA, suas fases



de transmissão para América Latina e países da Ásia e Europa Oriental, e a desaceleração fortíssima que aconteceu de agosto de 2008 até agora.

A economista também destacou a importância de mecanismos de controle, tanto formais (TCEs e TCU) quanto sociais (ONGs e sociedade civil), nesse momento de cuidado na priorização de planos e estratégias. Defendeu ainda a importância de se medir o grau de previsão orçamentária da gestão pública para aumentar a eficácia. Mesmo que não seja possível prever uma crise externa, o cuidado com essas previsões diminui o impacto em situações críticas, em que se tem menos receita e mais gastos, segundo Débora. Para ela, neste cenário, é imprescindível avaliar as opções e fazer escolhas acertadas, pois a crise acaba funcionando como um teste para a gestão pública.

Bárbara Nunberg

As trocas de informação entre Brasil e Leste Asiático foram o foco da palestra de Bárbara Nunberg, gerente Sênior do Banco Mundial para a Reforma do Setor Público, que encerrou o II Congresso Consad de Gestão Pública. A doutora em Economia fez uma reflexão sobre o processo recente de aproximação entre Ásia e América Latina, na busca de um modelo de gestão para este século. Nunberg ainda demonstrou a necessidade de desmontar alguns mitos relacionados à crise financeira mundial.

O destaque da palestra foi a apresentação do novo papel que a América Latina vem desempenhando no mundo. Bárbara explicou que a região se fortaleceu na gestão pública com a utilização de novas tecnologias, como as que permitiram que a população



tivesse acesso às contas de governo. A palestrante acrescentou que os países que formam o Leste Asiático têm vários motivos para querer um intercâmbio com as experiências brasileiras, principalmente em assuntos relacionados à aplicação da democracia, para aprender com o Brasil a desenvolver sistemas intergovernamentais.

A China foi um dos países citados por Nunberg, que já solicitaram ao Banco Mundial informações do que vem acontecendo no Brasil, no cenário de desenvolvimento econômico e em termos de gestão pública. A apresentação foi finalizada com Bárbara enfatizando que “para se ter uma gestão pública eficiente, os países precisam trocar mais experiências”.

eConsig. A solução em consignações.

Flexível e transparente, ágil e seguro, simples e inovador. Assim é o eConsig, o Sistema Digital de Consignações da Zetrasoft. Presente em mais de 14 estados brasileiros com mais de 2,5 milhões de servidores públicos atendidos. Além de modernizar e organizar o processo operacional de consignações, trabalha de acordo com a sua demanda, contemplando todo tipo de desconto facultativo. Conheça o eConsig. Seja qual for o desafio, ele consegue resolver.

eConsig

zetrasoft

(31) 3194 7700 / (31) 3261 2452
Rua Pernambuco, 1077 – 7º andar
CEP 30130-151 – Funcionários – BH/MG
econsig@zetrasoft.com.br

Censo de servidores públicos servirá como base para nova política de gestão de pessoas



Gestores reunidos em torno dos resultados do Censo

Assessoria de Comunicação/ Segesp

O censo dos servidores públicos do estado de Alagoas, organizado pela Secretaria de Estado da Gestão Pública (Segesp), realizado no período de 2 de fevereiro a 8 de março de 2009, cadastrou 68.358 pessoas. Nesse primeiro momento, 2.694 servidores tiveram o salário referente ao mês de fevereiro suspenso. Por conta disto, houve um corte na ordem de R\$ 1,2 milhão na folha de pagamento. A previsão do Executivo era a de cadastrar um total de 70.400 servidores – entre ativos e inativos.

Para receber o vencimento, os faltosos tiveram onze dias – de 16 a 27 de março – para comparecer a uma agência da Caixa Econômica Federal (CEF), com a documentação obrigatória e o formulário devidamente preenchido. Quem regularizou a situação recebeu o vencimento por meio de uma folha suplementar. Neste período, 1.247 pessoas compareceram, deixando uma demanda reprimida de 795 servidores.

Em reunião, no início deste mês, com os servidores da Segesp e da CEF que participaram diretamente do processo do censo, o secretário da Gestão Pública, Guilherme Lima, destacou o sucesso obtido. “Em cerca de um mês, atingimos 99,5% dos servidores. Foi uma vitória para Alagoas”, ressaltou.

Destrinchando

O Censo 2009 contabilizou do dia 2 fevereiro a 8 de março, 30.634 servidores do sexo masculino e 37.724 do sexo feminino, dos 68.358 servidores estaduais que compareceram ao censo.

Deste total, mais de 25 mil servidores (correspondente a mais de 40%) tem menos de dez anos no serviço público; 46.673 estão na folha dos ativos e 21.685 na dos inativos e pensionistas; quase 90% do total de servidores possuem dependentes, o que representa um total de 58.550, perfazendo uma média de 1,03 por servidor ativo e 0,34 por servidor inativo.

Oitocentos e treze servidores responderam ao censo por procuração. Um fato curioso, que chamou a atenção da equipe do recenseamento, foi ainda existirem 212 pessoas com mais de 70 anos de idade na folha de pagamento dos servidores ativos. O secretário da Gestão Pública, Guilherme Lima, disse que os casos estão sendo estudados pois, segundo ele, este grupo já poderia ter sido contemplado com a aposentadoria compulsória.

Novas metas

Os dados obtidos no Censo 2009 representam uma importante ferramenta de informação para o Executivo e servirão de base para formulação de políticas de gestão de pessoas.

Segundo Guilherme Lima, com os dados do censo o governo pretende ainda conhecer a vida funcional de cada servidor; facilitar o trabalho de reestruturação do Sistema Previdenciário e incrementar o Programa de Valorização do Servidor.

Quanto a possíveis fraudes dos participantes, o Governo só poderá saber se houve algum caso com a realização de uma auditoria. Este trabalho será feito separadamente. Na folha dos inativos e pensionistas, a previsão é entre julho e agosto deste ano e na folha do pessoal da ativa, em outubro de 2009.

Além da auditoria, o Governo deve implantar um novo sistema de recursos humanos até novembro, já que o trabalho do censo possibilitou conhecer com riqueza de detalhes a vida funcional dos servidores. Estão previstas a instalação de catracas eletrônicas e a criação uma escola virtual, onde os cursos ministrados de forma on line atenderão a demanda existente atualmente entre os servidores estaduais.

Dificuldades

Como em quase todo processo longo e de grande abrangência, a Segesp detectou algumas irregularidades durante a realização dos trabalhos do censo, como por exemplo, a entrega do comprovante de conclusão do ensino médio e superior sem a chancela da instituição de ensino competente. Mais de quatro mil diplomas de conclusão do ensino médio foram remetidos à Secretaria de Educação e do Esporte (See) para a análise da autenticidade do documento.

No dia 9 de fevereiro, poucos dias após o início do censo, a equipe técnica da Segesp e os secretários Guilherme Lima e o adjunto de Gestão de Pessoas, João Carlos Barros, detectaram o rompimento de uma fibra

ótica – fios que fazem a conexão entre o servidor da Segesp e os computadores do Centro Administrativo Lourival Nunes da Costa –, acarretando a paralisação, durante duas horas, do atendimento aos servidores inativos e pensionistas, que contavam com uma central especial naquele prédio, para responder ao censo. O caso foi levado à Polícia Civil de Alagoas para ser investigado.

Outro transtorno durante o período do censo foi a invasão e o congestionamento do sistema de cadastramento, que impossibilitou por algumas horas, em dias diferentes, o acesso dos servidores ao site www.gestaopublica.al.gov.br/censo. Nos primeiros dias, foi detectado mais de 70 mil acessos ininterruptos, o que levantou a suspeita de sabotagem ao processo.

Logística

Para montar a infraestrutura do censo 2009, a Segesp precisou criar quatro softwares e adquirir equipamentos scanners, além de câmeras fotográficas e coletores digitais. A Secretaria treinou 54 servidores para trabalhar especificamente no processo do censo. Um grupo ficou no prédio sede da Segesp no atendimento do *call center*, onde os servidores podiam tirar suas dúvidas pelo 0800-284-2223. Outra equipe foi treinada para recensear especialmente inativos e pensionistas, no prédio anexo da Segesp, Centro Administrativo Lourival Nunes da Costa (antigo fórum de Maceió). Somente lá foram feitos mais de 20 mil atendimentos.

Os servidores também puderam agendar o dia e a hora do recenseamento através do telefone 0800 726-0101 da Caixa Econômica Federal (CEF), e escolher em qual agência comparecer para fazer o censo. A Caixa – instituição financeira que realiza o pagamento dos servidores do Executivo estadual – ficou responsável pelo recebimento dos documentos exigidos, pela fotografia e pela coleta da digital dos servidores públicos ativo, efetivo e comissionado.

O secretário Guilherme Lima visitou dez municípios do interior do estado, que funcionaram como uma espécie de “quartel general” do censo, juntamente com o gerente da CEF, Mário Engles, e um dos coordenadores dos trabalhos do recenseamento, André Molina. O grupo esteve nas cidades de Delmiro Gouveia, Santana do Ipanema, Palmeira dos Índios, Arapiraca, São Miguel dos Campos, Capela, Viçosa, União dos Palmares, Rio Largo e Pilar para acompanhar o atendimento aos servidores públicos.

Em todas as cidades visitadas, o secretário Guilherme Lima falou às rádios locais, recomendando que os servidores procurassem os pontos de apoio instalados nas escolas estaduais, para participar do recenseamento.

A Caixa e a Segesp realizaram uma força-tarefa no sábado (7) e domingo (8) de março, no Centro de Convenções e Exposições Ruth Cardoso, para atender a demanda de servidores que não conseguiram fazer agendamento nas agências da Caixa, na reta final do censo. A CEF montou 25

terminais de computadores para fazer o recenseamento.

Banco Mundial elogia agilidade

O consultor do Banco Mundial, Fernando Blanco, elogiou o trabalho realizado pelo governo estadual para a execução do censo, em apenas um mês. Blanco destacou o alcance do recenseamento, que atingiu a maioria dos servidores estaduais (mais de 99%). “O censo foi um grande sucesso. Ficamos impressionados com a cobertura, rapidez e compilação das informações adquiridas por meio do formulário”, disse.

Esta foi a primeira etapa de um longo caminho para garantir uma gestão de pessoas mais eficiente para Alagoas. O pacote de ações apresentado pelo governo estadual prevê ainda o encaminhamento de uma auditoria e de um sistema mais amplo de gerenciamento dos recursos humanos, englobando todo o banco de dados dos servidores públicos estaduais.

Blanco explicou que as ações não fazem parte somente de um pacote de financiamento, mas de um plano mais

abrangente para o desenvolvimento local. “As propostas fazem parte da reforma deste Governo que desde o início está comprometido em reformar Alagoas. O Banco Mundial apenas acompanha e dá suporte técnico nos detalhes”, declarou o consultor.

Divulgação

O Censo 2009 dos servidores públicos ativos e inativos do Executivo estadual gerou uma mídia espontânea no valor de mais de R\$ 400 mil reais, conforme relatório final da Assessoria de Imprensa da Segesp. No período de 16 de janeiro a 11 de março, foram enviados 31 releases à imprensa escrita, falada e televisiva.

Em TVs abertas locais foram veiculadas trinta abordagens sobre o censo, divididas em matérias e entrevistas, perfazendo um total de 58'' (cinquenta e oito minutos). Já em TVs fechadas, foram veiculadas cinco entrevistas, contabilizando três horas de notícia no ar.

Em oito sites locais foram publicadas 95 matérias. Em rádios, foram inseridas 35 entrevistas sobre o Censo 2009, sendo 26 em emissoras da capital e 9 em rádios do interior do estado.

Alagoas terá novo regime próprio de Previdência para servidores

Em fevereiro deste ano, a Secretaria de Estado da Gestão Pública (Segesp) assinou contrato para a reestruturação do sistema previdenciário de Alagoas e garantir a aposentadoria aos servidores inativos. A expectativa é a de que a implantação das mudanças aconteça no período de tempo de seis meses.

Segundo o secretário Guilherme Lima, o objetivo da reforma é tornar o sistema auto-suficiente. “Vamos reestruturar a previdência para que ela possa suportar as novas aposentadorias e para que o dinheiro não saia mais do Tesouro estadual”, De acordo com Lima são gastos, mensalmente, R\$ 38,7 milhões com os cerca de 18.800 servidores inativos e R\$ 112 milhões com os 54 mil servidores estaduais que estão na ativa.

Em 19 de maio o anteprojeto de Lei de Reestruturação do Regime Próprio dos



Servidores acompanham explicações sobre o novo regime

Servidores do Estado de Alagoas foi discutido com os integrantes do grupo de trabalho que atuará junto a empresa Renato Follador Consultoria em Previdência Ltda., na modulação, definição e implantação do novo regime previdenciário do estado. O modelo inicial foi apresentado por consultores da Renato Follador Consultoria, Mauro Borges, Luiz Salgado e Luiz Cláudio Cogut.

O consultor Mauro Ribeiro Borges – autor dos livros “Previdência Funcional e Regimes Próprios de Previdência”, e “Previdência Funcional: Teoria Geral” –, apresentou a proposta da consultoria e ressaltou que a linha de raciocínio da mudança para o Modelo de Gestão da Previdência tem dois planos; o de Benefícios e o de Custeio. “Por conta disso é muito importante que os outros Poderes (além do Executivo), tenham participação no Sistema Previdenciário”.

Ribeiro Borges salientou a necessidade de se trabalhar com dois elementos: o aumento da expectativa de vida dos cidadãos e a expectativa de sobrevida. O Plano de Custeio trabalha com a formação de reserva de capitalização. Ele ressalta que Plano de Benefício já está pré-estabelecido na Constituição Federal, e que há apenas algumas pequenas regulações adaptadas à realidade do estado.

Oportunidades

No dia 26 de maio, o consultor Renato Follador apresentou as oportunidades para o Plano de Custeio da Reestruturação do Regime Próprio de Previdência dos Servidores do Estado, com base na Lei Federal nº 9.717 de 27 de novembro de 1998 que dispõe sobre as regras gerais para a organização e o funcionamento dos regimes próprios de previdência social dos servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos militares dos Estados e do Distrito Federal. O encontro aconteceu na sala de reuniões da Secretaria de Estado da Gestão Pública (Segesp), com os representantes do grupo de trabalho criado para atuar junto à consultoria na modulação, definição e implantação do novo modelo de previdência, coordenado pelo secretário da Gestão Pública, Guilherme Lima.

Renato Follador destacou que o regime financeiro mais adequado é o de capitalização. Segundo o consultor esse regime apresenta alíquotas constantes. “Isso é muito interessante, já que nosso país é o que pratica as alíquotas mais caras do mundo, entre 32 e 33%”, complementa.

O consultor disse que a situação ideal para a previdência é que exista uma média de três trabalhadores na ativa para cada um aposentado. De acordo com Follador, em Alagoas a média hoje é de 1,5 ativos para um inativo. Ele ressalta que no estado Rio Grande do Sul há também mais aposentados do que servidores ativos. Já na capital paranaense – onde a empresa Renato Follador implantou há mais de quinze anos o Paraná Previdência – a média de ativos para aposentados, diminuiu consideravelmente de 1993 até 2008; passando de 4,9 por cada um inativo, para 3,5 por aposentado, respectivamente.

Regime de Capitalização – Follador enfatiza que a preocupação fundamental do regime é o de “blindar” a forma de contribuição previdenciária, e que o maior compromisso desse regime é com a previdência. “Não adianta implantá-lo sem que o governante esteja totalmente comprometido”, frisa, lembrando que não se pode fazer o projeto sem o cálculo da base de avaliação atuarial.

eO projeto de Lei deve ser entregue ao Governo do Estado ainda neste primeiro semestre. O chefe do Executivo vai remetê-lo à Assembléia Legislativa para apreciação dos 27 parlamentares que integram o Legislativo alagoano. Depois da apreciação da Assembléia, a matéria volta para o governador Teotonio Vilela Filho, a quem cabe sancionar ou não o projeto.

Reengenharia do modelo de gestão

Quebra de paradigmas da época de Território Federal

Gilberto Ubaiara/Secom

Um dos mais jovens estados do país, criado pela Constituição de 1988, há cinco anos o Amapá vem dando passos importantes na quebra de paradigmas da administração pública local, que ainda vivia ligada à práticas arraigadas, da época de Território Federal, implantando um paciente e cuidadoso processo de modernização do Estado, a partir da reengenharia do seu modelo de gestão. Com a simplificação e a melhoria do desempenho da máquina pública, o governo pôde elevar os investimentos estratégicos – principalmente em infraestrutura física – e enfrentar com êxito o desafio de reduzir as desigualdades sociais, combinando desenvolvimento econômico a uma política moderna de preservação e exploração racional das potencialidades naturais do Estado, o mais bem preservado da Amazônia, com nada menos que 94% de sua cobertura vegetal intocada.

Mesmo com as mudanças na forma de atuação do Estado a partir da década de 90, onde se passou a delegar à iniciativa privada a exploração de serviços ou atividades econômicas, a instalação do Amapá (1991) deu-se a partir do Plano Geral do Estado, um mecanismo que não diferia muito do Plano Geral de Cargos do Governo Federal, que era aplicado aos Territórios Federais. Nesta perspectiva, o Estado foi organizado sob a ótica das áreas de formação acadêmica e escolar, o que gerava uma grande defasagem, já que o Amapá não acompanhou os setores públicos que passavam por um processo de organização e regulamentação para aperfeiçoamento da atuação do Estado, como as finanças públicas e a gestão ambiental. Enquanto o Estado mudava sua forma de atuar, os servidores foram ficando desatualizados profissionalmente, já que não havia

uma política adequada de reciclagem para colocá-los em condições de atuarem nestes novos tempos.

O processo de implantação do modelo de modernização da gestão iniciou-se em 2004, com o agrupamento dos 52 órgãos do governo em seis secretarias especiais, estruturadas de maneira horizontal, de forma a propiciar o compartilhamento da gestão e a visão estratégica perfeitamente nivelada entre os gestores. “Desta forma, todos os dias, você tem a oportunidade de confrontar os principais auxiliares do governador com todas as questões do Estado. Hoje, a equipe compartilha os problemas, não trata os assuntos das pastas de forma isolada com o governador. Se alguma questão é relevante, estratégica, ou transversal para o governo, passará a ser discutida no conjunto”, explica o secretário Especial de Desenvolvimento da Gestão, Joel Nogueira Rodrigues.

O passo seguinte foi a adequação da estrutura ao novo modelo de gestão. Secretarias e órgãos do governo foram extintos e novos foram criados. No lugar da Secretaria do Planejamento surgiu a Secretaria de Planejamento Orçamento e Tesouro. Foi criada a Secretaria da Receita Estadual, em substituição a Secretaria da Fazenda, além das secretarias de Trabalho e Empreendedorismo, da Inclusão e Mobilização Social, da Secretaria de Estado do Turismo e a Secretaria da Cultura, que antes tinha as políticas públicas abrigadas em uma Fundação. O processo de regulamentação envolveu os técnicos dos próprios órgãos, onde depois de definidas a visão, a missão, e as funções dessas novas estruturas, dimensionaram os cargos, hierarquia, e o Plano de Desenvolvimento Institucional, indicando para cada um as medidas e os investimentos necessários e o tempo de implantação.

Modernização da gestão exige processo de reestruturação das carreiras do Executivo

A busca de eficiência na governança corporativa pública pelo Amapá exigiu um outro desafio: a necessidade de especializar o governo nas diversas áreas de atuação, por meio de um processo de reestruturação das carreiras do Poder Executivo. Junto com as carreiras também era necessário a criação de um programa de incentivos, já que o Estado não distingua e não valorizava os servidores em várias frentes. “Nossa preocupação era especificamente com a área instrumental do governo: planejamento, avaliação das políticas e controle. Os funcionários colocados nessas áreas, antes faziam parte de um grupo que congregava todos os servidores do Estado. Com as mudanças, eles passaram a atuar em grupos de atividades específicas, como educação, saúde e segurança”, conta Joel Rodrigues.

A partir desta preocupação, a primeira carreira organizada pelo Governo foi o Grupo Gestão. Depois do levantamento do quantitativo, que passou por um processo de reenquadramento na carreira, 1,3 mil servidores já estão indo, de forma escalonada, para cursos de especialização na Escola de Administração Pública do Amapá (EAP), com 10 meses de duração. O conteúdo é específico para cada área: administrativa (logística, suprimentos, gestão de pessoas), Planejamento, Orçamento e Finanças, e Controle. “O nível de exigência da gestão, do ponto de vista da área fiscal, por exemplo, é muito grande. Desde o advento da Lei de Responsabilidade Fiscal, esses técnicos são responsáveis pela obediência e rigor na execução da Lei Orçamentária. Ao mesmo tempo, o Governo Federal se tornou mais exigente com Estados e Municípios em relação à sua disciplina fiscal, tanto para promover transferências como para operações de crédito. Hoje é necessário pessoas com domínio satisfatório dessas ferramentas”, pondera Joel Rodrigues.

O estímulo para que os servidores busquem a capacitação do governo do Estado vem através de uma gratificação que representa 30% de aumento no vencimento básico. Mas para garantir a adesão do funcionalismo, metade do percentual de reajuste (15%) é creditado ao servidor no ato da matrícula, o restante só depois do término da especialização. Esse mecanismo também pretende dar maior coesão e uniformidade às questões de Estado. Antes, os servidores buscavam a capacitação por conta própria, de acordo com sua conveniência e seu interesse. Agora, o governo inverteu esse papel, oferecen-



Mestrado de gestores da Escola de Administração Pública do Amapá

do um pacote sistematizado, voltado para as áreas de interesse do Estado, dando a direção para as áreas que o governo entende que são necessárias.

Infraestrutura

O Amapá já sabia da carência de profissionais de engenharia em seus quadros. Mas essa necessidade ficou ainda mais evidente com o início da execução das obras do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento). Recursos substanciais foram transferidos para investimentos em saneamento, habitação e estradas, mas não havia equipes suficientes e capacitadas para elaborar projetos e para acompanhar e avaliar com eficiência a execução destes projetos. Essa carência, também notada nos municípios e nos próprios quadros do Governo Federal, levou o governo a organizar, no início do ano, o Grupo Infraestrutura, que ficou dividido em: área técnica, nível profissionalizante, superior sem graduação, tecnólogo, analista de infraestrutura (que tem o perfil de nível superior), e o gestor de infraestrutura (profissional com nível de pós-graduação) que irá atuar em áreas que o Estado elegeu como prioritárias – saneamento, obras viárias e meio ambiente. Com isto, espera-se que o Estado melhore sua capacidade de obtenção de recursos para infraestrutura, como também gerenciar os projetos com maior competência. Como no quadro só há 34 servidores, o Governo fará concurso público. Os técnicos serão lotados na Secretaria de Infraestrutura, Detran e a Agência de Desenvolvimento do

Amapá (Adap), que trabalha com projetos especiais que tem financiamento do BID, Bird e BNDES.

Setor Econômico

A outra carreira já estruturada é Setor Econômico, que engloba a área de meio ambiente, ciência, tecnologia e pesquisa, incluindo ainda gestão florestal, para gerenciar a Floresta Estadual de Produção, um mecanismo criado pelo Estado e que em breve deve estar em funcionamento através de concessões, tanto para exploração comunitária como para a iniciativa privada. “Esses profissionais devem ser capazes de gerenciar e auditar processos de concessão e outorga florestal, além de estarem capacitados para a área de georeferenciamento”, afirma Joel Rodrigues. Nesta carreira também estão inseridos os técnicos da área de defesa



Joel Nogueira Rodrigues, secretário de Gestão

animal e vegetal, e extensão rural.

O setor produtivo vinha sendo assistido pelos funcionários do grupo administrativo, que tem perfil mais burocrático. Fora a carreira da Infraestrutura, as demais tem como requisito para admissão, ainda como etapa de concurso, um programa de formação que terá caráter eliminatório, ou seja, dependendo do aproveitamento no treinamento, poderão ser aprovados ou não.

“É uma necessidade concreta. Todo esse marco regulatório é muito profundo e muito especializado em cada área. Claro que todos esses profissionais terão uma visão geral da

administração pública, mas eles devem ter um conhecimento mais aprofundado da área em que eles vão atuar. Num primeiro estágio aproveitaremos os servidores que já estão no quadro e só depois os do concurso público”.

Escola de Administração Pública: Programa de Pós-Graduação para gestores

No processo de modernização da gestão do Amapá, a Escola de Administração Pública (EAP) foi criada para funcionar como um espaço de formação e aperfeiçoamento para profissionalizar os servidores em suas atividades dentro da administração pública. A atuação está em consonância com as diretrizes de desenvolvimento traçadas para o Estado.

Com um pacote de cursos customizados em diversas áreas, como elaboração e gestão de projetos, convênios, gestão de material e patrimônio e todas as outras áreas que permeiam o dia a dia da administração, a “Escola do Servidor”, como é conhecida, já capacitou, em seis anos, cerca de 39,8 mil funcionários, tanto do Executivo quanto do Legislativo e do Judiciário. A demanda é tão grande que a Escola já iniciou um programa de interiorização, para apoiar a gestão das prefeituras do Estado.

Num primeiro momento, a Escola de Administração Pública trabalhou a capacitação dos servidores voltada para a gestão do próprio governo, a partir da atualização dos seus conhecimentos e a aplicação orientada para sua atividade profissional. A evolução dos programas levaram aos cursos de especialização, que têm o caráter mais voltado para o desenvolvimento setorial.

Na área de gestão, a primeira turma de mestrado em Políticas Públicas, com 41 participantes, deve se formar no final de 2009. “A idéia é formar um grupo de servidores que tenha conhecimento mais abrangente da reali-

dade do Estado e com capacidade de formulação e de crítica, quem sabe um grupo diferenciado de futuros gestores”, diz o secretário de Administração Welington Campos.

Para a diretora-presidente da Escola, Maria Goreth Silva, o Programa de Pós-Graduação e Capacitação na Área de Gestão Pública trabalha com as novas dimensões da administração pública e sua contextualização no cenário moderno inserindo-as nas questões mais amplas de cada ramo da administração e da modernização do Estado. “O curso aborda as principais ferramentas da gestão contemporânea e procura atender às necessidades de cada carreira dentro das suas especificidades, mas mantendo uma estrutura que dê uma visão global da função pública” explica a presidente.

Dentro do cronograma da Escola, estão previstos as três especializações para servidores, de diversas carreiras, que sejam gerentes, ou estejam trabalhando, ou se preparando para trabalhar ou gerenciar na administração pública. Os cursos são: Gestão Estratégica da Administração Pública, Planejamento e Orçamento e Controle da Gestão Pública. A Escola ofertou em junho três cursos de Pós- Graduação “Latu Sensu” em Educação e Administração. Os cursos de especialização em Ciência da Educação, Gestão do Trabalho Pedagógico: Supervisão Escolar e Orientação Educacional, e Pedagogia Empresarial, atendem às necessidades da realidade educacional do Estado, afirma Maria Goreth.

Dois milhões de funcionários gerenciados



Contribuindo para o desenvolvimento da Gestão Pública no país

O **ERGON** tem contribuído de forma decisiva para a melhoria da gestão pública no país, propiciando diminuição de custos e otimização da gestão do capital humano.

Um em cada quatro Estados brasileiros já usufrui desses benefícios, além de prefeituras de capitais e instituições das várias esferas governamentais, como o Senado Federal, Tribunais e empresas públicas.

É o único sistema de RH para governo que gera automaticamente a Folha de Pagamentos, incluindo os eventos retroativos e a contagem de tempo.

Foi concebido com a participação de gestores públicos e possui a legislação dos vários regimes de trabalho de forma parametrizada, o que permite sua utilização em órgãos da administração direta e indireta, de âmbito federal, estadual e municipal.

Ergon
Gestão de Capital Humano no Governo

 **TECHNE**
(11) 2149 9200
www.techne.com.br

Estado possui sistema para controlar gastos públicos com viagens

Assessoria de Comunicação/Sead

Os pagamentos de diárias e passagens no Amazonas são plenamente controlados desde a implantação do Sistema de Controle de Diárias e Passagens (SCDP), em 2006. A partir dele é permitido controle, registro e monitoramento dos trâmites dos processos de concessão de diárias e passagens de servidores e não-servidores, desde a solicitação até a prestação de contas.

O SCDP é uma iniciativa do Governo do Amazonas, gerido pela Secretaria de Administração e Gestão (Sead), e foi implantado e implementado em todos os 58 órgãos do Estado, com o apoio do Programa Nacional de Apoio à Modernização da Gestão e do Planejamento dos Estados e do Distrito Federal (Pnage) e da Empresa de Processamento de Dados do Amazonas (Prodam).

A primeira versão do sistema foi implantada em 2006 em 55 órgãos da administração pública estadual, respeitando as especificidades e o grau de complexidade dos órgãos.

O Sistema SCDP encontra respaldo legal no Decreto nº 26.337, de 12 de dezembro de 2006, que disciplina

sobre as viagens dos secretários de Estado, presidentes dos demais órgãos da administração direta e das autarquias, fundações públicas, empresas públicas, bem como os demais servidores do Executivo, abrangendo as autorizações para deslocamento, a concessão e o controle de passagens aéreas e de diárias, com respaldo na Instrução Normativa nº 01/2006-GS/Sead, de 16 de março de 2006.

Com base nas necessidades dos órgãos e visando a consolidação do sistema informatizado, implantou-se a segunda versão do SCDP em fevereiro de 2009, em 58 órgãos da administração pública estadual.

O SCDP permite o registro das tarifas no sistema, pelas Agências de Viagens; a prestação de contas eletrônica, com scanneamento dos documentos comprobatórios da realização da viagem e prestação de serviço; o registro do pagamento das diárias no Sistema de Administração Financeira, de forma automática, através da integração entre os sistemas; a integração do SCDP com o sistema da Administração Financeira Integrada – AFI, para pagamento das faturas de passagens; registro automático das

diárias recebidas pelo servidor em sua ficha financeira, para efeito de emissão da Cédula C; controle de devolução de diárias; inclusão de diversos trechos de uma passagem em uma mesma solicitação, controlando as despesas por trechos; a possibilidade de retificar dados constantes da solicitação, evitando retrabalho; e solicitação coletiva (uma única solicitação para o mesmo trecho contemplando vários servidores e troca de mensagens entre as partes interessadas nos processos de concessão de diárias e passagens).

A tecnologia utilizada para o desenvolvimento da nova versão do Sistema de Controle de Diárias e Passagens foi a linguagem de programação PHP; servidor de banco de dados PostgreSQL; servidor de aplicação Apache; e Servidor Web Apache.

O SCDP trouxe inúmeros benefícios para o efetivo controle de gastos públicos: otimização, redesenho e auditoria no processo de concessão; padronização dos procedimentos; melhoria do controle das diárias e/ou das passagens adquiridas para servidores e não-servidores; redução do tempo de execução do processo de trabalho (validação, autorização, pagamento e prestação de contas); disponibilidade de Consultas e Relatório de Prestação de Contas para o interessado; geração de relatórios gerenciais diversos; confirmação eletrônica do bilhete diretamente para o interessado; e, transparéncia no processo de concessão de passagens aéreas, terrestres e fluviais, e diárias.

Para melhor operacionalização do Sistema, foi elaborado o manual do SCDP, demonstrando suas funcionalidades. O manual apresenta telas ilustrativas do sistema. Com base em estudo feito e na implantação da nova versão do Sistema, estipulou-se uma meta para redução de 20% com os gastos com diárias e passagens, para 2009. Desta forma, com vistas ao atual quadro político-administrativo brasileiro, no que se refere à concessão desordenada de passagens aéreas, o SCDP é uma alternativa inovadora e eficaz quanto ao controle e transparéncia no processo de concessão de passagens aéreas, terrestres e fluviais, e ainda na concessão de diárias, representando um mecanismo de inovação no controle de gastos públicos.



Equipe de gestores do sistema

Corte de gastos com licitação, recursos humanos e custeio são reinvestidos no social

Assessoria de Comunicação/Saeb

A prática inovadora de qualificar o gasto público mediante o corte sistematizado de desperdícios na máquina administrativa proporcionou ao Governo da Bahia o alicerce para o enfrentamento da atual crise econômica internacional. Lançado pelo governador Jaques Wagner ainda em 2007, sob a coordenação da Secretaria da Administração do Estado (Saeb), a nova política governamental foi configurada em formato de programa de governo, o Compromisso Bahia – Qualidade do Gasto Público. A lógica do programa baseia-se no corte de gastos considerados desnecessários especialmente nas áreas de Licitação, Recursos Humanos e Custeio, com reinvestimento dos valores retidos no social.

Desde o seu lançamento, em 2007, a economia acumulada com a implantação das ações do Compromisso Bahia foi da ordem de R\$ 273 milhões e a previsão é de que meio bilhão de reais seja retido nos cofres estaduais até 2010.

“Em tempos de crise, esse tipo de economia é importante para auxiliar no equilíbrio das contas públicas e o governo baiano, numa ação de responsabilidade administrativa, vem intensificando as medidas de contenção dos gastos, identificando e combatendo o desperdício”, explicou o secretário da Administração, Manoel Vitório, destacando o diferencial do programa baiano, que é a qualificação do gasto, com o reinvestimento dos recursos em ações sociais.

O Compromisso Bahia agrupa todas as 23 secretarias

estaduais e órgãos anexos da administração direta. O volume de recursos retido pela Secretaria da Administração, a partir de ações de controle na gestão de pessoal, licitações e custeio, será reinvestido na manutenção da máquina pública estadual, encorpando o esforço do Governo em conter os gastos estaduais.

Para monitorar as ações de controle, o Estado conta com o Escritório da Qualidade do Gasto Público, dispositivo instaurado no âmbito da Secretaria da Administração para processar informações referentes ao custeio da máquina pública. “A intenção do Escritório é orientar as demais secretarias e órgãos estaduais na adoção de mecanismos de controle e monitoramento dos gastos. Nosso objetivo é que o dinheiro dos cofres públicos seja aplicado de forma cada vez mais racional e eficiente”, afirma o secretário Manoel Vitório.

Com as informações sistematizadas das unidades estaduais, o Escritório da Qualidade do Gasto realiza o monitoramento das despesas e emite boletins trimestrais de avaliação, além de relatórios semestrais. Através desse procedimento, é possível acompanhar quais medidas foram adotadas por cada unidade, para otimizar a aplicação das verbas públicas, articulando os conceitos de bom desempenho, economia de recursos e satisfação do cidadão.

Outra vertente do programa é investir na sensibilização de servidores públicos, através do projeto Atitude Positiva, que já contabiliza 13 mil servidores capacitados em ações de eficientização dos recursos.

Bahia apostava na qualidade de vida do servidor estadual

Um conjunto de iniciativas voltadas para valorizar os recursos humanos do Estado, possibilitando ao servidor público as condições necessárias para uma atuação pública mais efetiva, foi lançado pelo Governo da Bahia por intermédio da Secretaria da Administração. Reunidas sob o selo do Você Servidor, as ações são voltadas para qualidade de vida, saúde, aposentadoria, incentivo a melhores práticas e capacitação dos mais de 260 mil servidores estaduais.

O programa agrupa valor às iniciativas implementadas em 2007 com a instalação Sistema Estadual de Negociação Permanente, que culminou, no ano passado, com o fechamento de acordos salariais e projetos de reestruturação das carreiras de 85% do funcionalismo estadual.

O Você Servidor reúne sete projetos inovadores: o Bem Viver (programa de valorização da qualidade de vida; o Prêmio Boas Práticas (estímulo à identificação e ao desenvolvimento de idéias para um melhor desempenho no trabalho); a Universidade Corporativa do Serviço Público do Estado da Bahia, que ofertará 7 mil novas oportunidades de capacitação até o final de 2009, e o novo Clube de Desconto do Servidor, com novos parceiros e regulamentação que permitirá melhores descontos no mercado. Destaque também para a nova rede de credenciados do plano de saúde do servidor, o Planserv, que hoje reúne 914 unidades, entre clínicas, laboratórios e hospitais, para atendimento aos seus mais de 480 mil beneficiárias, entre servidores e familiares.

Prepare-se

Outras iniciativas pioneiras passam a integrar o Você Servidor: o Prepare-se, voltado para orientar servidores prestes a se aposentar, e o Prêmio Servidor Cidadão, que valoriza ações de voluntariado realizadas pelos servidores estaduais. A proposta segue as normas de trabalho decente da Organização Internacional do Trabalho (OIT), da qual o governo baiano é o único ente público signatário no país. Nesta perspectiva, o Você Servidor visa, ainda, motivar os servidores a serem pró-ativos na busca de soluções para o aprimoramento do setor público.

“O Você Servidor agrupa valor à atual política de recursos humanos do Governo, que vem implantando ações contínuas para garantir o diálogo, o destravamento das carreiras, a recuperação do poder de compra dos salários e a melhoria da qualidade de vida e das condições de trabalho”, explica o secretário Manoel Vitório.



Manoel Vitório, secretário de Administração

Qualidade de vida

O programa Bem Viver foi criado a partir da necessidade de implantar uma estrutura institucionalizada para suprir as demandas na área de saúde ocupacional. Serão oferecidas aulas gratuitas de hidroginástica, natação e condicionamento físico, em horários ajustados aos turnos de trabalho. Além disso, filhos de servidores terão acesso a aulas de judô, futebol, voleibol, dentre outras, com inscrições limitadas de acordo com a modalidade escolhida.

Outra inovação do Você Servidor é o Prêmio Boas Práticas no Serviço Público, que está com inscrições abertas. O prêmio é destinado a servidores que apresentem trabalhos capazes de estimular a criação de um ambiente de trabalho “seguro, saudável, produtivo e de qualidade”, de acordo com o conceito da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Os dez melhores trabalhos vão integrar um banco de práticas bem-sucedidas e um banco de talentos, que sejam referência para o serviço público.

Em paralelo ao Boas Práticas, o Prêmio Servidor Cidadão terá continuidade, sendo destinado a valorizar ações voluntárias desenvolvidas por servidores estaduais. A proposta contempla iniciativas voltadas para a melhoria da qualidade de vida da população e o estímulo à cultura e a capacitação profissional e educacional, no âmbito da comunidade baiana.

A ampliação da rede conveniada é a novidade apresentada pelo Clube de Desconto do Servidor. Atualmente, são mais de 100 parceiros, entre academias, bares, restaurantes, farmácias, cursos pré-vestibulares, centros de estética, cursos de idiomas, dentre outros.

Na área de capacitação, a Universidade Corporativa do Serviço Público do Estado da Bahia está oferecendo cerca

de 7 mil vagas para os servidores em várias áreas, como Gestão de Pessoas, Logística de Suprimentos, Gestão Pública, Formação de Instrutores e Sistemas Corporativos.

Planserv

Já o Planserv investe no credenciamento de novos parceiros por meio de editais públicos, aplicando esse critério técnico, sem interferência ou escolha subjetiva, em toda a rede. O plano de saúde também avança no aprimoramento da gestão e, desta forma, foi possível rever preços defasados, como o pago aos médicos pelas consultas, o que aumentou, na prática, a oferta de consultas; reabrir o atendimento nas

emergências em três hospitais; e lançar o Programa de Gerenciamento de Endocrinopatias, para ampliar o número de consultas realizadas na área.

Voltado para os pré-aposentados, o Prepare-se visa esclarecer os servidores estaduais sobre os seus direitos e deveres em relação à previdência, e incentivar o trabalho social e voluntário, além de uma vida saudável e sem sedentarismo. Os servidores atendidos pelo programa participam de diversas atividades, para discutir os aspectos legais de concessão das aposentadorias e as atribuições do órgão único de gestão do regime próprio de previdência social do Estado – a Superintendência de Previdência, que funciona no âmbito da Saeb – e do Conselho Previdenciário do Estado (Conprev).

SAC passa por requalificação e expansão



Estande do programa
"Bem Viver"

itens, a qualidade do serviço prestado, a localização dos postos, as condições de infraestrutura e a qualificação da mão-de-obra. Cada um desses pontos identificados ganhou um tratamento específico, de forma a garantir a melhoria continuada da rede.

Outro item apontado no diagnóstico foi a incapacidade do Sistema de incorporar inovações tecnológicas que renovassem o perfil do SAC. Deste item, nasceu a proposta do Ponto Cidadão como unidade de atendimento fixa para pequenos e médios municípios.

Atualmente, a rede do SAC conta com 27 unidades na Bahia e oferece 622 serviços, sendo emissão de Registro de Identidade o que concentra a maior demanda - só no ano passado, foram atendidas 909.838 mil pessoas para este tipo de serviço. Em 2008, a rede SAC realizou mais de 11 milhões de atendimentos em todo o estado.



Avaliação de desempenho

Hora de valorizar o servidor e suas competências

Assessoria de Comunicação/Seplag

Significativa parcela dos governos estaduais, dentre eles o do Ceará, sofre com obsolescência e inadequação do processo de avaliação de desempenho de seus servidores públicos. O cenário atual da administração pública estadual apresenta uma série de fatores que permite diagnosticar que é necessário rever algumas práticas administrativas para humanizar o relacionamento, em uma via de mão dupla.

Conforme a secretaria do Planejamento e Gestão, em exercício, Desirée Mota, o modelo de avaliação de desempenho adotado pela maior parte dos órgãos é baseado em critérios administrativos, mérito, capacitação e antiguidade, com o objetivo único de possibilitar ao servidor galgar posições na carreira pública. “Entretanto, a avaliação de desempenho pode e deve ser utilizada, não apenas para proporcionar a ascensão funcional, mas, sobretudo, para beneficiar toda a administração pública”, acrescentou Desirée.

Muitos são os métodos e metodologias de avaliação de desempenho. Alguns baseados nos indivíduos, outros nas equipes; alguns visando desempenho passado e outros o desempenho futuro; alguns baseados na avaliação do cargo ou nas competências; alguns no desempenho, outros nos resultados. Mais importante do que a opção feita é a sua adequação à realidade da organização a que se pretende atender. Dos inúmeros métodos e metodologias de avaliação de desempenho disponíveis, tanto na literatura quanto no mercado da gestão de pessoas, nenhum é melhor do que aquele desenvolvido para atender as necessidades da organização em que se acha inserido. Daí a exigência de o



Desirée Mota, secretária de Planejamento e Gestão

Estado do Ceará não mais adquirir um modelo ou método, mas implementar e implantar uma política de avaliação de desempenho que leve em consideração não só as peculiaridades dos cargos, mas também a obtenção de melhores resultados organizacionais.

Em outubro de 2007, foi contratada a empresa Deloitte Touche Tohmatsu para desenvolver o novo modelo de avaliação de desempenho, focado na gestão de resultados e competências. Esse modelo será aplicado em todos os órgãos do Poder Executivo do Ceará.

Dessa forma, o Governo, por intermédio da Seplag, desenvolveu um modelo de avaliação de desempenho que será aplicado anualmente, com o propósito de promover o alinhamento entre os objetivos dos servidores com os objetivos estratégicos dos respectivos órgãos da administração estadual. Os principais beneficiários dessa metodologia são o Governo, o servidor e o gestor público. Para o Governo do Estado, o desempenho do servidor será direcionado aos objetivos estratégicos de sua instituição; já o servidor terá conhecimento das metas e objetivos esperados pela instituição e poderá formular diretrizes para seu desenvolvimento profissional. E, finalmente, o gestor poderá conhecer o potencial da equipe, desenvolvendo uma gestão voltada para resultados.

Essa metodologia é centrada em três esferas do desenvolvimento profissional do servidor: competências, metas e critérios administrativos. As competências têm um peso de 45% sobre o total de pontos da avaliação e são divididas em três categorias: Gerais, Gerenciais e Setoriais.

As competências gerais, em número de cinco (trabalho em equipe; foco em resultados e desempenho; ética; otimização de recursos; solução e inovação) proporcionam o alinhamento do servidor em torno do alcance dos objetivos estratégicos do Governo. As competências gerenciais, que direcionam os gestores à consecução dos objetivos estratégicos e dos planos táticos do Governo, também são em número de cinco: visão estratégica; articulação; gestão do conhecimento; liderança, desenvolvimento de equipes; e gestão de resultados. Essas competências devem ser avaliadas em todas as instituições do poder executivo estadual, enquanto que as competências setoriais deverão ser construídas especificamente conforme o órgão, uma vez que devem ser intrínsecas aos princípios e às estratégias de cada Secretaria. Cabe ressaltar que as competências gerais e setoriais serão consideradas para todos os servidores enquanto que a competência gerencial servirá de base para a avaliação somente dos ocupantes de cargos de liderança.

A sistemática da avaliação das competências é baseada numa “árvore de avaliação” em que o servidor faz sua autoavaliação, é avaliado pelo seu superior hierárquico e por dois de seus pares. No caso dos ocupantes de cargos de liderança, ainda haverá a avaliação pelos subordinados diretos.

Metas

No caso das metas, definiu-se um peso de 40% do total da avaliação e duas categorias: as institucionais e as individuais. A avaliação, com base na primeira, visa aferir o desempenho coletivo da instituição, enquanto a segunda permite verificar o desempenho do servidor no exercício do cargo/função, considerando-se os seguintes critérios: conteúdo, tempestividade e grau de implementação.

Finalmente, na terceira esfera de avaliação, critérios administrativos, com peso de 15% do total, visam gerenciar o desempenho e aspectos relacionados ao cotidiano e comprometimento do servidor com sua instituição. É subdividida em duas categorias: desenvolvimento profissional e ocorrências funcionais. No primeiro caso, são considerados os treinamentos, cursos, participação em comissões, grupos de trabalho, palestras, conferências, pesquisas, congressos, seminários etc, sendo atribuído determinado número de pontos a cada um deles. Já as ocorrências funcionais podem receber pontuação positiva (elogio, assiduidade e pontualidade) ou negativa (repreensão, faltas não justificadas e atrasos).

Após a conclusão do processo de avaliação das três esferas, acrescenta a secretaria em exercício da Seplag, Desirée Mota, será elaborado um ranking para cada classe/referência e o servidor que conseguir pontuação acima de 75,01%, ou seja, aquele que for considerado como atendendo às expectativas e encontrar-se entre os 60% melhores colocados farão jus à ascensão funcional.

Inicialmente, a título de experiência, o modelo será implantado em duas secretarias: na própria Seplag e na Secretaria de Educação do Estado do Ceará (Seduc). A Seplag, por apresentar uma estrutura relativamente enxuta, com 369 servidores, e já dispor de instrumentos que permitem a avaliação do servidor por meio de metas pré-definidas, deverá implantar esse novo modelo de avaliação de desempenho com recursos humanos e materiais próprios. No caso da Seduc, por sua complexidade, faz-se necessária a contratação de consultoria para a implantação do novo modelo de avaliação de desempenho para seus servidores, o que deve ocorrer ainda este ano.



ESPÍRITO SANTO

Inovação pública é incentivada e premiada

Assessoria de Comunicação/Seger

Estar aberto às inovações é, hoje, uma das principais estratégias implementadas pelo setor público para acompanhar as mudanças cada vez mais rápidas e as demandas contemporâneas da sociedade. No Espírito Santo, práticas inovadoras são reconhecidas e incentivadas por meio do Prêmio Inovação na Gestão Pública (Inoves).

O prêmio, criado em 2005 pela Secretaria de Gestão e Recursos Humanos (Seger), premia idéias inovadoras que são colocadas em prática por equipes de servidores públicos estaduais, municipais, dos poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e Ministério Público Estadual. O objetivo é estimular a modernização da administração pública, reconhecendo iniciativas que visem à produção de serviços de qualidade, reduzindo gastos e melhorando o atendimento à população.

Segundo coloca o secretário de Gestão e Recursos Humanos, Ricardo de Oliveira, “a cada edição do prêmio trabalhos de excelência são descobertos em diferentes pontos do Estado. Com o Inoves, reconhecemos e jogamos luz nos servidores que estão inovando e fazendo a diferença para a sociedade capixaba, incentivando o empreendedorismo e uma competição saudável em prol de melhores serviços para a sociedade”.

Desde o primeiro ciclo, em 2005, o Inoves cresceu em mais de 300% o número de participação de trabalhos. De 42, em 2005, para 180 trabalhos concorrentes em 2009.

Inovação e cidadania

Um dos trabalhos inovadores do Espírito Santo, premiado no ciclo 2008 do Inoves, foi o projeto Farmácia Cidadã. O modelo adotado oferece uma série de benefícios aos usuários que necessitam de medicamentos de alto custo, como a humanização no atendimento, elevada

disponibilidade em medicamentos (179 itens diferentes), agilidade, atendimento farmacêutico especializado, monitoramento pela internet, comunicação por torpedo, além de informatização.

O espaço da Farmácia Cidadã, com 525 metros quadrados, é um local confortável, climatizado, totalmente adequado para o atendimento à população. O fornecimento de medicamentos e as orientações sobre o modo correto de utilizá-los são feitos exclusivamente por farmacêuticos, preparados para esclarecer os pacientes sobre os tipos de remédios que estão sendo dispensados.

O projeto mudou completamente a forma de funcionamento da farmácia do Estado. Hoje, o usuário controla o andamento da solicitação de medicamento via Internet e recebe torpedos pelo celular, avisando sobre pendências ou disponibilidade de remédios. Antes, os usuários esperavam até quatro horas para serem atendidos. Hoje, com a Farmácia Cidadã, o tempo caiu para 45 minutos.

O Espírito Santo tem hoje 46 mil usuários atendidos pelas farmácias em todo o Estado. No último ano, foram investidos R\$ 95 milhões no programa e realizados 308 mil atendimentos. Em 2009, a previsão é que sejam gastos R\$ 100 milhões. O Estado é o que mais investe na compra de medicamentos excepcionais: R\$ 24,00 por habitante, a cada ano.

Inovação e empreendedorismo

Consolidar uma cultura empreendedora no serviço público estadual. Com este objetivo, o Governo, por meio da Secretaria de Gestão e Recursos Humanos (Seger), firmou parceria com o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), desde 2006, para o ofereci-

mento do curso Empretec, gratuitamente, aos servidores.

O projeto é inovador e, em três anos, já foram capacitados aproximadamente 1.600 servidores públicos estaduais e municipais, em mais de 75 turmas. Com esse resultado, o Espírito Santo se tornou o maior capacitador de pessoas no Empretec no mundo.

O objetivo da administração estadual, com a oferta do curso, é melhorar a capacidade de gestão do serviço público; desenvolver características comportamentais do empreendedorismo nos gestores públicos; aumentar o nível de resolutividade dos gestores; e alcançar resultados mais eficientes na prestação dos serviços públicos.

O Empretec é um programa de desenvolvimento de competências empreendedoras da Agência da Organização das Nações Unidas (ONU), para o Comércio e Desenvolvimento. É licenciado no Brasil pelo Sebrae e é considerado o melhor treinamento de empreendedorismo do mundo, já tendo capacitado mais de 150 mil pessoas em mais de 25 países.

Inovação e transparência

A inovação também está presente nos projetos desenvolvidos pelo Governo do Estado do Espírito Santo para o controle e transparência do gasto público. Um exemplo é o Sistema de Preços Referenciais, lançado pela Secretaria de Gestão e Recursos Humanos (Seger), em 2008.

A partir de uma pesquisa de preços realizada pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), os valores dos produtos e serviços comprados pelo Governo foram pesquisados e analisados, gerando uma tabela de preços para ser utilizada como base para as licitações e compras públicas realizadas por todos os órgãos e secretarias do Governo.

Após a pesquisa e publicação das tabelas, o Governo economizou aproximadamente R\$ 890 mil na contratação de serviços e na aquisição de materiais. São pesquisados gêneros alimentícios, suprimentos de informática e material diversos de expediente e escritório. Além disto, também são pesquisados os custos de contratação de serviços de limpeza e conservação, e de vigilância e segurança. Todos os preços, item a item, são publicados na tabela.

Para o secretário de Gestão e Recursos Humanos, Ricardo de Oliveira, "a sociedade capixaba ganhou um importante instrumento para o controle do gasto público. Estamos falando de transparência, economia e também de agilidade nos processos de compras do Governo. Pagaremos preços justos, de mercado, pelos nossos produtos e serviços", pontuou.

Inovação e agilidade

Garantindo mais agilidade e desburocratização no processo de compra, o Estado criou novas normas para as licitações públicas no âmbito estadual, que altera as regras da Lei Federal 8.666/93. A principal inovação trazida é que a lógica utilizada para o pregão passa a ser extensiva às demais modalidades de licitação, como a concor-

rência e a tomada de preços, por exemplo. Com isto, não somente as aquisições de bens e serviços do Governo, como cadeira, telefone e computador, mas, também, serviços de consultoria, de desenvolvimento de software e de engenharia, passarão por um procedimento mais ágil de licitação.

O projeto propôs a inversão de fases do processo de licitação. A concorrência e tomada de preços, realizada a partir das regras da Lei 8.666, exige que todos os participantes dos processos licitatórios tenham seus documentos de habilitação analisados para só então haver análise e julgamento das propostas. Com as novas regras, as propostas passaram a ser analisadas em um primeiro momento, para depois se proceder a análise da documentação de habilitação das três melhores propostas.

"Como você só analisa a documentação de habilitação das três melhores propostas, elimina-se a possibilidade de recurso de concorrentes que não vão impactar na contratação, evitando o atraso do procedimento, dando agilidade e simplificando o processo", explica o secretário.



Servidores felizes com a conquista do certificado do curso

Inovação e controle

Para centralizar, interligar e gerenciar todas as informações e procedimentos de compras e de patrimônio do Governo, a Seger trabalha na implantação do Sistema Integrado de Gestão Administrativa (Siga), para o controle da administração pública estadual. "Teremos todas as informações administrativas do Estado on-line, o que vai nos proporcionar, além do controle, maior eficiência, agilidade e transparência dos processos administrativos", disse o secretário Ricardo de Oliveira.



Ricardo Oliveira, secretário de Gestão e Recursos Humanos

A gerente do Siga, a especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental da Seger, Júlia Sasso Alighieri, fala sobre os benefícios e inovações do sistema. “Todos os procedimentos e informações sobre as compras realizadas pelo Estado estarão interligados e disponibilizados a partir do Siga. São eles o pregão eletrônico, compra direta, concorrência e tomada de preços, catálogo de materiais, cadastro de fornecedores, gestão de contratos e convênios e registro de preços. Além disso, também serão sistematizadas as informações sobre patrimônio imobiliário e mobiliário e de almoxarifado”, disse.

O Siga será uma das ferramentas mais importantes do Governo para o gerenciamento administrativo. Permitirá que o poder público estadual tenha, de forma rápida e segura, acesso a todas as informações relacionadas às suas compras e ao seu patrimônio, permitindo um controle eficiente.

Inovação e qualidade

O Governo do Estado está próximo de lançar o editorial para a construção da primeira Central de Atendimento Integrado ao Cidadão do Estado. Com o nome “Faça Fácil”, a central vai prestar 157 serviços presenciais num único espaço, com uma previsão de 6 mil atendimentos por dia.

Segundo a gerente do projeto de implantação da central Faça Fácil, Miriam Cardoso, o cidadão capixaba vai conhecer um atendimento inovador e diferenciado no serviço público, com mais agilidade, eficiência e qualidade. “São vários órgãos prestadores de serviços públicos, empresas e entidades da sociedade civil, reunidos num único ambiente acolhedor e agradável”, disse.

Com o Faça Fácil, o tempo de conclusão e entrega dos serviços será agilizado. Um exemplo é a emissão do

documento de identidade, que atualmente leva 20 dias, e será reduzida para até cinco dias úteis. Já no caso da carteira de trabalho, a emissão será no mesmo dia. Além disto, eleitores de todo o Estado serão atendidos, sendo que, hoje, cada cartório eleitoral só realiza serviços para cidadãos de sua zona eleitoral.

O local reunirá 15 órgãos – estaduais, municipais, federais e da iniciativa privada – para a prestação de serviços presenciais ao cidadão, que ocuparão uma área de 6.558 metros quadrados, dividida em dois pavimentos.

Inovação e sustentabilidade

Usar preferencialmente papel reciclado em documentos do Governo do Estado, priorizar o uso do álcool nos veículos oficiais e implantar os programas Eficiência Energética e Coleta Seletiva Solidária nos prédios públicos. Essas são as medidas adotadas pelo Estado, por meio do decreto de Compras e Consumo Sustentáveis. As ações visam contribuir para a preservação e conservação do meio ambiente.

A partir do decreto, uma das primeiras medidas foi a utilização do papel reciclado para impressão dos contracheques do funcionalismo público capixaba. Além disto, também foi iniciada a implantação do projeto Coleta Seletiva Solidária em alguns dos prédios públicos. Com a implantação, todo o resíduo consumido nesses prédios é separado e destinado para associações de catadores, que comercializam o produto, beneficiando mais de 50 famílias.

Depois do decreto, o álcool passa a ser preferência para a frota do Governo por tratar-se de um produto renovável e limpo que contribui para a redução do efeito estufa e diminui substancialmente a poluição do ar, minimizando os seus impactos na saúde pública.

Estado edita regras contra nepotismo

Superintendência de Gestão

OGoverno de Goiás, em 2 de abril de 2009, editou o Decreto nº 6.888, que dispõe sobre a necessidade de apresentação, para posse em cargo de provimento em comissão e contratos temporários, de declaração por escrito negando a existência de vínculo de matrimônio, união estável ou parentesco em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau inclusive, com os ocupantes dos cargos da estrutura básica do Governo, em consonância com a Súmula Vinculante nº 13, do Supremo Tribunal Federal. Já o Decreto nº 6.891, de 7 de abril de 2009, trata do recadastramento dos servidores titulares de cargo de provimento em comissão da administração direta, autárquica e fundacional do executivo estadual.

A partir destes decretos, foram recadastrados mais de 9 mil servidores comissionados. Destes, 8.559 declararam não possuir vínculo. Dentre os 439 que declararam possuir vínculo, cerca de 280 pessoas estão passíveis de serem exoneradas e 139 não se enquadram nas proibições do decreto, podendo ser mantidas nos cargos por se enquadarem no princípio da anterioridade.

Para os servidores em gozo de licença médica, férias ou mesmo atuantes em outros poderes, foi concedido o prazo de 60 dias para efetuarem o recadastramento.

Decorrido este tempo, aqueles que não cumprirem os



Edgar Tollini, superintendente de Gestão da Secretaria de Fazenda

ditames do decreto terão os pagamentos bloqueados, situação semelhante aos 1.100 que não se recadastraram em tempo hábil.

O Ministério Públíco Estadual auxiliará o Governo, recebendo as denúncias dos supostos casos de nepotismo não declarados, enviando-os para a Superintendência de Gestão Estadual da Secretaria da Fazenda para, em conjunto com o Gabinete Civil da Governadoria, averiguarem as situações apresentadas.

Com a adoção destas medidas, o Governo Estadual pretende moralizar a Administração Pública concomitantemente ao cumprimento da Súmula Vinculante, podendo, em consequência, gerar uma economia de aproximadamente R\$ 1 milhão, na folha de pagamento.



Piso salarial de professores públicos é adequado

Goiás, à exceção dos estados que já cumpriam o teto, foi o primeiro do país a implementar a adequação ao Piso Salarial Nacional dos Professores Públicos de Ensino Fundamental, após a aprovação da lei federal que instituiu o valor de R\$ 950,00 para estes profissionais. Segundo o Superintendente de Gestão Estadual da Secretaria da Fazenda de Goiás, Luiz Edgar Tollini, a lei estadual atingirá não apenas as 28 classes das carreiras de magistério, mas será também estendida ao quadro de pessoal administrativo da Secretaria da Educação, no mesmo percentual.

Com a integralização do reajuste, o menor vencimento, que é o do Professor PI-A, com carga horária de 40 horas semanais, passará de R\$ 715,68, em fevereiro de 2009, para o piso de R\$ 950,00, de forma gradativa e cumulativa. Este reajuste deve gerar um acréscimo de R\$ 38 milhões mensais na folha de pagamento dos professores e R\$ 3 milhões para o pessoal da área administrativa, totalizando R\$ 41 milhões. A Lei Estadual 16.544/09 prevê, ainda, que os salários dos servidores da educação serão reajustados em 17 vezes, mensalmente, de março de 2009 a julho de 2010, gerando um aumento de 32,7% para a referida Secretaria, o que representa um acréscimo de 8,5% nos gastos com a folha de pagamento de todos os servidores estaduais.

Projeto “Viva Lagoa” terá programação para servidores públicos

Assessoria de Comunicação/Seaps

Revitalizar a Lagoa da Jansen, tornando-a uma área com programas permanentes de esporte, cultura e de lazer voltada para a comunidade em geral e, especialmente, para o servidor público ativo e para os aposentados. É esta a proposta do Governo do Maranhão com o projeto Viva Lagoa, idealizado pela Secretaria de Estado da Administração e Previdência Social (Seaps).

“Temos um dos cartões postais mais significativos de São Luís, que é muito pouco utilizado. Precisamos ocupar essa área com atividades que atraiam as pessoas e proporcionem a elas melhor qualidade de vida”, assinala o secretário de Administração e Previdência Social, Luciano Moreira, que determinou um foco todo especial a programas voltados aos servidores públicos ativos e inativos.

Assim, é proposta do projeto que, a cada primeiro domingo do mês, seja realizado um grande encontro de funcionários públicos ativos e inativos, de usuários da Lagoa e seus familiares, para a prática de atividades de lazer, esportivas, culturais, realização de exames médicos e expedição de documentos.

A secretaria adjunta de Gestão e Modernização, Leopoldina Barros, destaca que os projetos previstos no Viva Lagoa serão todos desenvolvidos em parceria com outras Secretarias de Estado, com a Polícia Militar e também com o Corpo de Bombeiros. “Estamos propondo a união de todos para viabilizar a realização de atividades para os cidadãos naquele espaço público”, explica.

O Viva Lagoa está inserido no projeto maior de revitalização da área, que contará com a participação de todos os órgãos estaduais que compõem o Comitê Gestor do Parque Estadual da Lagoa



Luciano Moreira, secretário de Administração

da Jansen – secretarias de Cidades, de Administração, de Cultura, de Esportes e Juventude, de Turismo, de Segurança Pública e de Meio Ambiente.

A cada um desses órgãos cabe atribuições como administração, limpeza, manutenção, segurança e realização de atividades para os cidadãos.

O governador em exercício, João Alberto de Souza, esteve pessoalmente inspecionando a Lagoa e autorizou sua imediata recuperação, para que a população volte a desfrutar com segurança deste importante espaço público.

“Por determinação da governadora Roseana Sarney, que idealizou, construiu e inaugurou o Parque Estadual da Lagoa da Jansen, este voltará a ser um belo cartão postal de São Luís, mais seguro, com instalações recuperadas e também funcionando como um centro de lazer para a população e os turistas que visitam a capital”, disse o governador em exercício.

Atividades físicas

Uma das metas do projeto é contribuir para a redução do sedentarismo, por meio de um cronograma permanente de atividades físicas. Como boa parte das pessoas que atualmente pratica exercício físico na área da Lagoa o faz de forma inadequada e sem orientação, é prevista a disponibilização de uma equipe especializada para atendimento aos usuários, em especial os mais idosos.

Na metodologia de aplicação do projeto, é prevista a realização de atividades físicas ao ar livre três vezes por semana, com a presença de educadores físicos, médicos e

Objetivos do Projeto Viva Lagoa

Proporcionar aos funcionários públicos ativos e inativos, bem como aos usuários da Lagoa da Jansen, a prática de atividades físicas regulares, com acompanhamento especializado;

Ocupar os espaços esportivos e de lazer daquela área de maneira ordenada e orientada durante o ano todo;

Aumentar o nível de interesse dos freqüentadores em relação à própria saúde e aos fatores que a afetam;

Proporcionar o acesso à prática do esporte como lazer e competição;

Desenvolver a melhoria de habilidades motoras e funcionais para melhor realização das atividades da vida diária.

enfermeiros, que farão o acompanhamento dos freqüentadores, cuja avaliação física deverá ocorrer a cada três meses.

O projeto prevê também a utilização das quadras para a realização de festivais esportivos, inclusive com a organização anual dos jogos e da corrida dos servidores públicos. Para esta, é sugerida a data de 28 de outubro, Dia do Funcionário Público.

É proposta também a criação de escolinhas gratuitas para filhos de funcionários e moradores das áreas próximas à Lagoa. Estas funcionariam três vezes por semana, com orientação de um profissional de educação física, permitindo práticas de basquete, futsal, futebol de praia e tênis.

Outro público a ser beneficiado com o projeto Viva Lagoa são os idosos participantes do Programa de Assistência Integral ao Aposentado (PAI) e da Universidade da Terceira Idade (Uniti). Especialmente para este público, é prevista a realização de oficinas de dança, teatro e caminhadas, a cada 15 dias.



João Alberto inspecciona parquinho da Lagoa, que, em breve, será recuperado para as crianças



O vice-governador João Alberto reúne-se com secretários e determina a recuperação total da Lagoa



MATO GROSSO

“Aposentadoria em 15 minutos” será realidade até dezembro

Daniele Danchura/Ascom-SAD

Atualmente, para um servidor público estadual conseguir se aposentar, o processo pode levar de seis a oito meses, devido a não-informatização de todos os procedimentos e informações. O Mato Grosso é o primeiro estado a começar a implantar o sistema “Aposentadoria em 15 minutos”, que estará em operação até dezembro deste ano.

“Estamos plantando a semente de um grande projeto ao fazer a integração entre os sistemas de previdência (Sisprev) e o de administração de pessoal (Seap). O primeiro passo dado foi a regularização do cadastro dos servidores, por meio do Projeto de Atualização Cadastral. Estamos agora na fase de digitalização dos Diários Oficiais dos últimos 40 anos e alimentação dos sistemas”, explicou o secretário de Administração, Geraldo de Vitto Jr.

Conforme o secretário, todas as informações serão centralizadas no Sistema Estadual de Administração de Pessoal (Seap) e depois repassadas para o Sistema de Previdência (Sisprev), que irá gerar os documentos, que serão assinados digitalmente pelo governador e pelo secretário da pasta, concluindo o processo de aposentadoria. A Superintendência de Previdência já está mapeando todos os documentos que precisarão ser gerados, como o parecer, o ato de aposentadoria, a declaração de que o servidor não responde a nenhum processo disciplinar, a certidão de tempo de serviço, a regra de aposentadoria a que tem direito, entre outros.

“A Aposentadoria em 15 minutos desburocratizará a estrutura do Estado e principalmente facilitará em muito a vida do servidor público que for se aposentar”, ressaltou Geraldo de Vitto.

Todo o processo está sendo realizado por equipes compostas por servidores das superintendências de Gestão de Pessoas e de Previdência e coordenado pelo secretário Geraldo de Vitto e pelo secretário-adjunto de Gestão de Pessoas, Bruno Martins.



Processo atual

Hoje, quando o servidor completa os requisitos e o tempo para se aposentar, ele protocola o pedido na Secretaria de Administração (SAD) e o processo é encaminhado para a Gerência de Vida Funcional da Superintendência de Gestão de Pessoas. Assim que o processo chega, verifica-se a vida funcional do servidor por meio das fichas funcionais, o antigo sistema de recursos humanos, o antigo sistema de protocolo, o Seap e os Diários Oficiais ainda em papel. Todas as informações encontradas são rascunhadas e depois digitadas.

Depois o processo é passado para outro servidor fazer o chamado “espelho”, que é o documento onde constará toda a vida funcional do requerente. Então, encaminha-se para a Superintendência de Previdência que analisa se o servidor terá direito a se aposentar e em qual lei. Todo este processo, que demora de seis a oito meses, terá sua realidade alterada.

Processos Acumulados



Pesquisa de arquivos



Pesquisa nas fichas funcionais e transferência dos dados para os computadores

Digitalização dos Diários Oficiais

Um dos objetivos do projeto Aposentadoria em 15 minutos é automatizar o sistema. O foco foram os Diários Oficiais e o primeiro passo foi a digitalização das publicações, desde 1967.

Todos os Diários Oficiais foram preparados, ou seja, restaurados para depois serem escaneados em alta resolução. As imagens captadas passaram por tratamento e foram armazenadas. Depois, estas imagens foram transformadas em documentos no formato PDF, editável para que os caracteres (letras) fossem reconhecidos e assim se pudesse copiar os textos. Essas informações referentes aos servidores estão sendo extraídas do Diário Oficial e irão alimentar o Seap, para que, quando for necessário consultar a vida funcional, as informações sejam extraídas do sistema.

“A ferramenta terá 40 anos de serviço público digitalizados. A busca poderá ser feita pelo nome do servidor e todos os eventos da carreira dele serão apresentados com a data em que foram publicados no Diário Oficial. Também poderá ser visualizada a página do Diário Oficial onde o evento foi publicado. Todas as informações serão migradas para o Seap”, contou De Vitto.

As fichas funcionais existentes hoje também serão digitalizadas e inseridas no Seap, mas as fichas em papel serão mantidas para consultas em caso de necessidade.

Disque-Servidor

Após protocolar seu pedido de aposentadoria, o

servidor poderá marcar seu atendimento na Superintendência de Previdência pelo Disque-Servidor (0800-647-3633). O atendimento será agendado para duas semanas depois da ligação.

Aposentadoria em 15 minutos

Ao ser atendido na data e horário marcados no 0800, o servidor será orientado sobre as leis de aposentadoria, as regras a que tem direito e então poderá escolher a que mais lhe agrada. Após este processo, o servidor confirmará a escolha por meio de uma senha cadastrada no início do atendimento.

Após a digitação da senha do servidor autorizando o procedimento, será aberto o processo para a geração dos documentos oficiais necessários para processo de aposentadoria. Por fim, será gerado o ato da aposentadoria, assinado digitalmente pelo governador e pelo secretário da pasta. “O servidor sairá da mesa de atendimento com o ato de aposentadoria, que será publicado no Diário Oficial no dia seguinte, já em mãos”, salientou o secretário.

“Tudo isso demonstra a seriedade e o respeito com que o governo Blairo Maggi trata seus servidores. Este é mais um passo dentro do processo que vem sendo realizado desde o início do governo com o pagamento dos salários em dia, pagamento de cartas de crédito, transformação de precatórios em carta de crédito, entre outras ações. Nossa principal objetivo é valorizar e dar mais comodidade aos nossos servidores, evitando os transtornos que hoje ainda acontecem”, conclui De Vitto.



Programa de Desenvolvimento de Gestores Públicos capacita servidores

Assessoria de Comunicação/Seplag

Com o planejamento de ações, qualificação de pessoal e acompanhamento de desempenho, o Governo de Minas avança adotando um novo modelo de gestão na administração pública. Iniciativas como o Programa de Desenvolvimento dos Gestores Públicos (PDG Minas), que faz parte do projeto estruturador “Ampliação da Profissionalização dos Gestores Públicos”, transformou o Estado em um marco na administração pública. O objetivo é fomentar a capacitação dos servidores, de acordo com as especificidades de cada órgão e entidade. Em parceria com a Fundação Dom Cabral, o PDG Minas tem a proposta inicial de elevar a efetividade gerencial, por meio de ações de aperfeiçoamento dos gestores públicos, buscando a melhoria da qualidade dos serviços prestados pelas instituições públicas estaduais.

Em 2008, primeiro ano em que foi realizado, o PDG Minas formou 380 gestores, divididos em 16 turmas, que passaram por um processo de treinamento, com carga horária de 120 horas. O êxito do PDG Minas em 2008 foi comprovado pelas avaliações dos participantes que consideraram que o programa superou as expectativas.

De acordo com a gerente adjunta do Projeto Estruturador Ampliação da Profissionalização dos Gestores Públicos, Maria das Graças Murici, além da aprendizagem, do convívio salutar e do compartilhamento de práticas inovadoras em gestão pública, o PDG Minas vem contribuindo para que os gestores alcancem os resultados que objetivamente alteram a realidade das organizações, e, consequentemente agreguem valor público. “Quando ações de desenvolvimento dos gestores, dos dirigentes públicos, ocorrem com alinhamento estratégico e visão sistêmica, a

atmosfera e os atributos das instituições públicas podem moldar e influenciar os comportamentos e as atitudes das pessoas, constituindo uma cultura inovadora propícia à efetividade da gestão pública”, ressalta a gerente.

Perfil de Competências

O foco principal do programa visa elevar as competências em gestão pública, mediante o desenvolvimento dos conhecimentos, habilidades e atitudes previstos no “Perfil de Competências dos Gestores Públicos”. Essas competências, avaliadas por meio de um estudo comportamental, são analisadas durante o programa, que desenvolve, então, um conjunto coerente e integrado de conhecimentos, habilidades e atitudes requeridas. A partir desse mapeamento, o PDG Minas desenvolveu seis módulos que contemplam: liderança de equipes; orientação para resultados; visão sistêmica; compartilhamento de informações e conhecimentos; capacidade inovadora e gestão de pessoas.

Para a secretária de Planejamento e Gestão, Renata Vilhena, pela primeira vez, a administração pública está treinando os gestores efetivos responsáveis pelas áreas estratégicas do governo, propiciando ferramentas condizentes com as funções que exercem. “Da mesma forma que as empresas privadas buscam a eficiência através da apresentação de resultados, o governo tem obrigação de transformar a receita arrecadada em contraprestação para o cidadão, com serviços de qualidade que atendam aos anseios da população de Minas”, explica Renata. De acordo com a Secretaria, as metas estabelecidas no Acordo de Resultados só podem ser alcançadas se cada servidor souber seu papel, buscando sempre um nível de excelência entre os cargos considerados estratégicos pelo Governo. “O importante é deixar claro ao servidor que ele é parte fundamental nessa batalha para tornar Minas o melhor Estado para se viver, e os resultados só estão sendo alcançados com um amplo processo de capacitação de todos os gestores públicos”, ressaltou.



Aula do PDG com Gestores do Governo de Minas na Fundação Dom Cabral



Treinamento de gestores no PDG Minas na Fundação Dom Cabral

PDG Minas 2009

Desenvolvido para atender a realidade mineira, o PDG Minas terá continuidade ao longo de 2009, entre os meses de março a novembro, aperfeiçoando mais 714 gestores efetivos de 48 órgãos e entidades do poder Executivo. A previsão é de que, ao final de 2010, aproximadamente, 2.400 gestores públicos tenham participado do programa.

Este ano, o planejamento do PDG Minas foi iniciado pela secretaria de Planejamento e Gestão, Renata Vilhena, em reunião de institucionalização do programa, com a participação dos dirigentes das Secretarias, Órgãos Autônomos, Autarquias e Fundações. Na ocasião, foram realizadas reuniões com os responsáveis de cada instituição, onde foram detalhadas as informações sobre o processo de capacitação.

Os participantes receberam a agenda prévia das atividades presenciais e assinaram o termo de compromisso para ingresso e participação no programa. Durante o treinamento, eles terão acesso às atividades à distância, por meio de vídeos disponibilizados pela Fundação Dom Cabral, que tratam de conteúdos específicos e atualizados para a administração pública.

Compartilhamento de Conhecimentos

Concebido como mais uma ferramenta de gestão do conhecimento e contando com o apoio da tecnologia da informação, o portal Peabirus, www.peabirus.com.br, também permite que os participantes possam interagir na Comunidade de Prática, conhecida como PDG Minas. No portal, os gestores públicos podem usufruir de um espaço virtual de compartilhamento de conhecimentos, de práticas e idéias, onde são postados vídeos, imagens, apresentações, textos, além de um fórum de debates. De acordo com Maria das Graças Murici, o Peabirus se tornou uma extensão do processo de capacitação, pois permite aos participantes interagirem fora do ambiente físico da sala de aula. “A troca de conhecimentos por meio do portal Peabirus vem permitindo a adoção de práticas, habilidades e atitudes que podem ser adquiridas e desenvolvidas de forma virtual pelos gestores públicos”. Segundo Murici, a metodologia desenvolvida pela Fundação Dom Cabral combina aportes conceituais, dinâmicas, apresentação de vídeos e planejamento das ações de melhorias, contínua reflexão e atitudes que necessitam ser desenvolvidos em conjunto pelos gestores públicos.



Renata Vilhena, secretária de Planejamento e Gestão



PARÁ

Transparência em compras públicas abriu Congresso de Pregoeiros no Pará

Leba Paixão/ Ascom – Sead

Para debater a questão da transparência das compras governamentais e capacitar profissionais da região Norte que trabalham com Pregão Eletrônico, funcionários públicos, advogados e fornecedores compareceram ao I Congresso de Pregoeiros da Amazônia, realizado entre os dias 3 e 5 de junho, no Hangar Centro de Convenções e Feiras da Amazônia. O evento trouxe ainda as novidades sobre o tema, avanços e reformas jurídicas para redução de gastos.

Formas de tornar eficiente e transparente os processos de compra e contratação, para economia dos cofres públicos, foram os principais objetivos do Congresso. Em tempos de *accountability* (fiscalização popular dos gastos governamentais), os pregões eletrônicos são ferramentas eficientes, deixando para trás licitações com ferramentas questionáveis, que colocavam em dúvida a idoneidade dos processos.

Os inscritos tiveram oportunidade de participar de cursos e oficinas com especialistas em Pregão Eletrônico, modalidade criada em 1998 e consolidada em 2005, através de uma Medida Provisória. O modelo foi duramente criticado, contudo apresentou-se como maneira menos burocrática para se fazer compras melhores e mais competitivas, para os fornecedores.

Na conferência de abertura, o presidente da Ordem dos Pregoeiros do Brasil (OPB), Rubens Bacellar, defendeu as condições de licitação e passou a principal lição de uma boa compra: adquirir bens e serviços de qualidade pelo melhor preço, a partir das especificações do produto. Ele explicou ainda que tudo que acontece nas compras públicas deve ser de conhecimento de toda a população, e nesse sentido o pregão eletrônico é uma modalidade que se torna mais acessível e democrática a partir da internet. “O sistema utiliza tecnologia de última geração, garantindo a segurança contra fraudes e dando maior transparênc-

cia às compras. Por meio de controle de acessos, pode-se disponibilizar as informações em tempo real, ou seja, todos podem fiscalizar a aplicação do dinheiro público”, explicou. Para Bacellar, os gastos públicos diminuíram de maneira brusca graças à eficiência do modelo. “As melhorias deste modelo podem ser contabilizadas em bilhões de economia. Aqui mesmo em Belém, a Secretaria de Estado de Administração fez uma enorme economia na licitação de compra de serviços de telefônica”, completou o presidente da Ordem.

Orlando Bordallo Jr, Secretário de Administração (Sead), disse que o encontro ressaltou os direitos e deveres do ofício de pregoeiro para com a sociedade. “Agentes públicos brasileiros, federais, estaduais e municipais têm a grande responsabilidade de tornar eficientes os recursos destinados à saúde, educação e cultura. Isso melhora a gestão dos recursos para administração pública”, declarou.

Entre os temas, a importância da capacitação do pregoeiro, que contribui para um pregão eletrônico bem conduzido, gerando ganhos nos quesitos economia e, principalmente, qualidade, já que, uma vez bem preparado, as condições de negociação são melhores. O aumento no número de fornecedores participando dos processos licitatórios gera aumento no grau de disputa, o que também termina em benefícios nos quesitos, diminuindo os riscos de perder uma licitação.

O evento também teve uma extensa programação para órgãos fiscalizadores, como a palestra de Ibrahim Rocha sobre o papel da Procuradoria Geral da União nos processos, e a da paraense Tereza Cordovil que fez uma análise sobre a importância da Auditoria Geral do Estado na fiscalização dos processos. Outra apresentação que despertou a atenção de empresários e advogados foi a palestra “Impugnação, esclarecimentos, recursos e incidentes durante a sessão”, apresentada por Fernanda Bambini, de São Paulo.



PARANÁ

Serviços de limpeza e vigilância: contratos acompanhados de perto

Assessoria de Imprensa/ Seap

Limpeza, asseio, manutenção e conservação e vigilância dos prédios públicos são, basicamente, os únicos serviços que o Governo do Paraná mantém, na atual gestão, permanentemente terceirizados. Para garantir o cumprimento das cláusulas contratuais, a qualidade dos serviços prestados e, sobretudo, assegurar que os direitos dos trabalhadores sejam preservados, a Secretaria de Estado da Administração e da Previdência (Seap), em conjunto com outros órgãos, vem adotando uma série de medidas nos últimos anos. A secretária Maria Marta Renner Weber Lunardon explica que o intuito é acompanhar tudo de perto, frequentemente, impedindo a ocorrência e o acúmulo de falhas ou, no surgimento do primeiro problema, encontrando uma solução o mais rápido possível. “Esse monitoramento assegura o emprego correto e racional dos recursos públicos. Primeiro, porque o Estado controla melhor se a relação despesas versus qualidade do serviço oferecido está condizente. Segundo, porque o governo evita que o

Estado seja incluído como réu em ações trabalhistas movidas contra prestadores que não honram os compromissos com seus funcionários”.

Regionalização

Hoje, as contratações são regionalizadas. O Estado, por meio da Seap, licita para a formação de sistemas de registros de preços dos dois serviços (limpeza e vigilância) em 22 regiões do Paraná. Os órgãos públicos, ao necessitarem de contratar um ou os dois serviços, recorrem ao registro de preços da região onde estão inseridos. As licitações são realizadas na modalidade pregão eletrônico (limpeza) e presencial (vigilância).

Para este ano, já foram concluídos os processos licitatórios dos registros de preços de limpeza, asseio, manutenção e conservação. Em andamento estão os processos para serviços de vigilância. “A regionalização, entre outras vantagens, abre espaço para a participação de mais prestadores, além de evitar o

Números

22 é o número de polos em que o Paraná foi regionalizado para a contratação de serviços de limpeza, asseio e conservação dos prédios públicos

4.434 é a quantidade de postos de trabalho nesses 22 polos.

18 é o número de polos em que o Paraná foi regionalizado para a contratação de serviços de vigilância dos prédios públicos.

721 postos de trabalho são previstos para esses 18 polos.



Palácio Araucárias

oligopólio, ou mesmo o monopólio, dos contratos”, acrescenta a secretaria de Administração.

Os contratos e os respectivos recursos orçamentários para pagamento aos prestadores ficam sob a responsabilidade de cada órgão público. No entanto, a gestão das informações e dados, bem como a definição e determinação de procedimentos, está sendo centralizada na Coordenadoria de Administração de Serviços (CAS), que integra a estrutura da Seap e mantém representantes em todas as secretarias e outros órgãos da administração direta e autárquica do Executivo, os chamados Grupos Administrativos Setoriais (GASs).

Relatórios

Dois atos normativos em vigor – resoluções 1.352/2007 e 4.896/2008 – estabelecem a rotina de acompanhamento dos contratos e as providências que devem ser tomadas pelos Grupos Administrativos Setoriais. Logo que saiu a primeira resolução, a Secretaria da Administração realizou um encontro com 75 chefes e assistentes de GASs, para transmitir as orientações essenciais à colocação em prática das mudanças normatizadas. Entre os procedimentos fixados está a elaboração de relatórios nos quais são avaliados a qualidade dos materiais e equipamentos utilizados pela empresa e se há suprimento adequado desses materiais; se o número de trabalhadores realizando os serviços está de acordo com a demanda e o declarado pela empresa; e a confirmação do pagamento dos salários, pela prestadora, a seus funcionários, dentro do prazo legal, bem como de quitação de INSS e FGTS. “No caso das empresas de vigilância, a ausência de rondas e supervisões, ou a impontualidade nas trocas de turnos também devem ser registrados pelos gestores dos contratos”, acrescenta a coordenadora da CAS, Marisa Ribeiro de Lima.



Marisa Ribeiro de Lima, coordenadora do CAS

Procuradoria do Estado auxilia grupos administrativos



Maria Marta Lunardon, secretária de Administração e Previdência

O acompanhamento sistemático dos contratos firmados entre os órgãos públicos e os prestadores de serviços tem a atuação não só dos GASs e da CAS da Secretaria da Administração e da Previdência. De dois anos para cá, a Procuradoria Geral do Estado (PGE) participa desse trabalho, tirando dúvidas e auxiliando na tomada de medidas e decisões.

“Tem sido uma parceria bastante efetiva e extremamente positiva, porque tem evitado que o surgimento de um problema se torne um problema ainda maior”, atesta a chefe do CAS, Marisa Ribeiro. “Há um acompanhamento jurídico preventivo; os procuradores visitam os órgãos públicos prestando assistência imprescindível”, salienta a secretária Maria Marta Lunardon.

Construção do modelo conta com a atuação de Ministério Público e DRT

A construção do modelo das contratações de serviços de limpeza e vigilância pelo Governo do Paraná teve início em 2005. Além da administração direta do Poder Executivo, o processo contou com as participações e contribuições do Ministério Público Estadual, da Delegacia Regional do Trabalho e dos sindicatos que representam os trabalhadores e as empresas do setor.

Inicialmente, buscou-se um panorama da situação existente – principais problemas enfrentados pelo Estado, as queixas trabalhistas verificadas, as condições das empresas do setor, entre outros aspectos. Diagnosticadas essas especificidades, partiu-se para a construção de um modelo que tivesse desde a origem do processo de contratações, ou seja, a partir dos editais de licitações, os instrumentos necessários ao pleno cumprimento dos contratos, por todas as partes, em todas as

fases. Itens como planilha de preços dos serviços e de mão-de-obra, número de funcionários suficiente para as tarefas e cláusulas contratuais foram planejadas de modo a atender às necessidades do Estado e a garantir a participação de empresas idôneas, comprometidas em serem prestadoras de serviços ao poder público de forma correta.

“A seriedade que se busca, com esse trabalho de acompanhamento e construção dos procedimentos, nos contratos de prestação de serviços, favorece os trabalhadores, que têm no Estado um aliado na garantia de seus direitos, e as empresas e os empresários sérios, que cumprem suas obrigações sociais. E, claro, dá ao Estado a segurança e a certeza de que os recursos que despendem têm o retorno em serviços bem feitos”, sublinha a secretária Maria Marta Lunardon.



PERNAMBUCO

ATI ganha reconhecimento do Governo Federal

Assessoria de Imprensa da ATI

A Agência Estadual de Tecnologia da Informação (ATI), autarquia vinculada à Secretaria Estadual de Administração de Pernambuco, atua com projetos que aproximam cada vez mais o cidadão do Governo.

Responsável pela gestão de Tecnologia da Informação (TI) da Administração Pública Estadual, sua finalidade é promover soluções integradoras, com o uso intensivo e adequado de TI. “A agência tem como meta canalizar esforços para a melhoria dos serviços, sobretudo na atualização tecnológica e expansão do emprego da informática na administração pública estadual, preservando a gestão, o controle e a integridade das informações estratégicas de Estado. E os resultados alcançados já são muitos”, explica o secretário de Administração de Pernambuco, Paulo Câmara.

O Governo Federal, por exemplo, tem se interessado com freqüência pelos projetos desenvolvidos pela ATI. O destaque é o Sistema Estadual de Registro Civil (Serc), pioneiro no País, que permite a emissão das certidões de nascimento ainda nas maternidades, elevando o índice de crianças com acesso aos programas sociais, além de formar futuros cidadãos. O Governo Federal, por meio da Secretaria Especial de Direitos Humanos, procurou conhecer de perto todo o projeto, uma vez que o subregistro civil chega ao percentual de 12,2% das crianças nascidas no País, segundo dados do IBGE. A idéia é incentivar os estados do Norte e Nordeste a implantá-lo, tendo como base o sucesso do programa em Pernambuco.

O primeiro passo já foi dado pelos diretores de tecnologia de estados como Bahia, Paraíba e Amapá. Eles estiveram no Recife, em abril, e receberam



Paulo Câmara,
secretário de
Administração

instruções do funcionamento. O Amapá, por exemplo, já estuda os recursos do Estado para a implantação. “Conhecemos todo o procedimento, e ele é muito eficiente. Nossa realidade é ainda mais precária, pois o sub-registro é muito elevado na população ribeirinha. Estamos na fase de reunir parceiros”, informou o gerente de TI da Secretaria Estadual de Inclusão e Mobilização Social do Amapá, Luiz Sousa.

Na prática, o sistema interliga, simultaneamente, cartórios de registro civil com as maternidades, fazendo o acesso simplificado ao registro de nascimento e a emissão eletrônica da primeira certidão, na própria maternidade onde o nascimento ocorreu. Tudo de forma on-line. Assim, é possível evitar o deslocamento dos pais aos cartórios, e garantir que todas as crianças sejam registradas, estimando o alcance de 100% dos nascidos vivos. Atualmente, um cartório e duas unidades de saúde da capital já possuem o sistema, sendo eles o Hospital Agamenon Magalhães, da rede estadual, e a unidade Professor Barros Lima, da rede municipal do Recife. “Nosso objetivo é chegar em 2010 atendendo 220 unidades do SUS e 289 cartórios”, afirma o presidente da ATI, Joaquim Costa.

Para que o Serc fosse implantado, a ATI elaborou a tecnologia e somou parcerias para compartilhar investimentos. A Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos (Sedsdh) é responsável pela coordenação do projeto e pela implantação dos equipamentos nos cartórios, enquanto que a Secretaria Estadual de Saúde (Ses) ficou com a informatização necessária nas maternidades. Também apoiam o Tribunal de Justiça de Pernambuco e a associação de cartórios. Os valores investidos pelos parceiros somam R\$ 3,258 milhões.

ATI se divide em três missões corporativas

Por receber projeção nacional, o programa Serc ganha destaque, mas não é o único trabalho de peso da ATI. A instituição atua com três missões corporativas, relacionadas à melhoria da prestação de serviços à sociedade, à melhoria da gestão e do planejamento corporativo do Governo. Grande parte da atuação também é divulgada para os demais Estados.

“Visamos as ações estruturadoras. Nesse contexto, elaboramos portais que simplificam não só a vida dentro do poder público, mas também do usuário comum, como é o caso do Portal do Cidadão Pernambucano, que reúne todos os serviços web, hoje espalhados nas diversas páginas do Governo. Desta forma, o cidadão poderá encontrar e acessar mais facilmente os serviços que demandar”, explica Joaquim Costa.

Além deste, é possível citar ainda o “Portal da Transparência”, ferramenta que permite à sociedade acompanhar os gastos e ações do Governo, conferindo maior poder de cobrança dentro dos serviços públicos. Ao todo, são mais de 50 portais e *homepages* para os órgãos do Estado. A atuação é garantida graças à estrutura técnica e de mão de obra envolvida nas atividades, o que permite, por exemplo, a gerência técnica da Rede PE-Multidigital e a operação do Datacenter. Neste último estão guardados, em ambiente seguro, os dados e informações do Governo do Estado, adequando as demandas dos diversos órgãos por área de armazenamento. Já a Rede PE-Multidigital provê a integração de todos os pontos do Governo (delegacias, escolas, Detran, entre outros), através de links de dados e voz, garantindo, assim, a redução de custos. “Essas, entre outras ações, partem da premissa de uma transparência da gestão e no controle social das ações do Governo”, conclui Joaquim Costa.



Sala de monitoramento da rede

Sobre a ATI-PE

A empresa de Informática do Estado foi criada há 39 anos, inicialmente com o nome de Cetepe, depois Fisepe e há quatro anos transformou-se em Agência Estadual de Tecnologia da Informação (ATI). Garante o suporte técnico e coordena a aplicação das políticas de modernização tecnológica do Governo de Pernambuco, colocando o Estado na vanguarda das soluções em TI. A agência tem como objetivo implantar uma política de informática pública. Para disponibilizar essa tecnologia aos pernambucanos, a ATI investe na otimização de recursos, no compartilhamento de soluções e em qualificação técnica.



Novos sistemas de informação mudam administração estadual

Geneide Santos/Ascom-Sead

AAgência de Tecnologia da Informação do Estado do Piauí (ATI) – antiga Empresa de Processamento de Dados do Estado (Prode) – vem revolucionando a administração estadual com a criação de sistemas que se destacam nas mais diversas áreas, como transporte, pessoal e governança, tornando a gestão pública mais ágil, com uma tecnologia desenvolvida por profissionais do Estado, que utilizam sistemas que simplificam e otimizam processos e atividades dos órgãos. Alguns desses já despertaram o interesse de outras administrações estaduais e municipais, dando mais reconhecimento ao trabalho dos analistas, programadores e técnicos.

Na ATI trabalham cerca de 60 profissionais na criação de sistemas que atendem a todos os órgãos da administração direta e indireta. Segundo o coordenador de Desenvolvimento de Sistemas, James Clayton Ribeiro do Nascimento, a demanda pela criação de novos sistemas é grande, mas a maioria é atendida. Os órgãos que mais solicitam são as secretarias de Administração e de Transporte e a Empresa de Gestão de Recursos. O coordenador conta que o número de profissionais ainda é pequeno para atender às solicitações. “Atualmente, nosso quadro precisa, no mínimo, dobrar para atender e manter as novas demandas”.

Nos últimos anos, a ATI desenvolveu 31 sistemas em diversos ambientes, como Java e PHP (Web) e em plataformas mainframes. Além desses, os profissionais da ATI estão desenvolvendo outros sistemas, como o de controle de despesas, de controle de estoque e o Registro Civil. Vale ressaltar que os profissionais da Agência já criaram e dão suporte técnico a 19 sites de órgãos estaduais. Alguns sistemas atendem a todos os órgãos, como o Servidor de Atualização de Sistema e de Informações Gerenciais da Folha, o Infofolha. Outros são específicos, como o Sistema de Passe Intermunicipal, criado a pedido



Equipe da ATI

da Secretaria de Transportes.

O diretor da Unidade de Tecnologia da Informação da Informática e Comunicação da ATI, Francisco José da Rocha Neto, destaca alguns sistemas criados pela empresa, como o que controla a freqüência dos servidores, o PontoCon, que, “se bem gerenciado, gera uma grande economia para o Estado”. Outro é o que controla os descontos dos servidores filiados a sindicados e associações, o DescontoNet, permitindo maior agilidade no processo de gestão das contribuições dos servidores. O diretor cita ainda o SsisconsigNet, que controla as averbações de empréstimos, seguros e planos de saúde, a partir das margens geradas na folha de pagamento. Esse sistema envolve servidores, governo e instituições financeiras. “É um sistema que gera economia, rapidez na rea

lização de empréstimos e receitas para o Estado”. Rocha Neto informa que o SsisconsigNet e o PontoCon já receberam várias solicitações de outras administrações. O Informa Fácil, por ser pioneiro na área, já serviu de modelo para vários Estados, como Alagoas,



São Paulo e Espírito Santo. Profissionais piauienses se deslocaram para outros Estados para apresentar o software a representantes dos governos. Alguns fizeram só adaptações e estão usando a tecnologia piauiense para ter um melhor gerenciamento e racionalização dos recursos.

Em maio último, quatro sistemas desenvolvidos por profissionais da ATI foram mostrados para servidores de vários Estados brasileiros durante o II Congresso Consad de Gestão Pública, realizado em Brasília. Os analistas Evaldo da Silva Cunha, Hudson Rocha Falcão e Jorge Alan da Luz Barradas apresentaram os softwares nas áreas de segurança (Sistemas de Procedimentos Policiais – Sisprocep), de transporte (Controle dos Transportes Interestaduais – Sistrans) e de governança (Ponto Eletrônico – PontoCon – e Acompanhamento das Ações do Governo – Ações). Com exceção do Ações, os demais estão em funcionamento.

Evaldo Cunha diz que a apresentação em Brasília foi gratificante, pois foram inscritos trabalhos de vários Estados, mas o Piauí foi contemplado com a escolha de quatro. Ele conta que, após a apresentação, foi procurado por representantes de outros Estados que ficaram interessados nos sistemas. “E o Piauí pode ceder”, adianta. Segundo o analista, todos ganham com a criação de sistemas. “Os analistas porque aprendem novas tecnologias, pesquisam e se reciclam, e o governo porque economiza”.

Essa foi a primeira vez que a ATI participou de um grande evento. O II Congresso Consad de Gestão Pública reuniu quase 3 mil pessoas no Centro de Convenções Ulysses Guimarães. De acordo com Jorge Alan da Luz Barradas, o Piauí tem bons profissionais na área de informática, e o exemplo é a opção pelo sistema desenvolvido pela ATI pelo governo do Estado para controlar os gastos públicos. O mesmo software foi apresentado ao governador Wellington Dias por analistas do Estado do Mato Grosso, mas o governante optou pela tecnologia própria, por ter custo zero. Jorge Barradas está trabalhando para colocar o ar em breve o Portal Transparência que vai mostrar todas as ações do governo.

O analista Hudson Rocha Falcão afirma que a ATI é uma autarquia estratégica e muito importante para o

Estado, pois contribui para a modernização do mesmo, melhorando o trabalho, reduzindo custos e gerando economia. Falcão trabalha em três sistemas. Um deles é o de Ponto Eletrônico, o PontoCon, já em funcionamento em 11 órgãos e com previsão para ser implantado em todos. O sistema controla a frequência do servidor através da utilização de tecnologias de código de barras ou da biometria, fornecendo aos usuários, através da internet, o controle dos servidores. Ele também é responsável pelo sistema de Patrimônio, Infofolha e pelo SisconsigNet.

Para a secretária da Administração, Maria Regina Sousa, só o fato de se criar sistemas é um fato relevante para modernizar a gestão e agilizar o trabalho, e por isso todos os softwares desenvolvidos são importantes para o Estado. “Em termos de resultados, o SisconsigNet foi o que mais contribuiu”. Ela explica que o governo deixou de fazer o serviço de um banco, em que os servidores atuavam como agentes de crédito, levantando a situação dos colegas. “Era um grande número de pessoas na Administração e nos demais órgãos trabalhando para os bancos”, avalia. Mas isso mudou com o SisconsigNet e agora os servidores podem fazer empréstimos em qualquer terminal. “Era uma relação direta com os bancos”, acrescenta. Por isso a secretária afirma que esse sistema em termos de resultado foi o que teve mais impacto.

Regina Sousa destaca outros sistemas, como o de protocolo, que está em fase de conclusão e vai permitir que os usuários dos serviços públicos possam acompanhar o andamento dos processos de algum local em haja acesso à internet. Para isso, é só acessar o www.protocolo.pi.gov.br, que está em fase de implantação em seis órgãos, entre eles a Secretaria da Administração. Desde o dia 19 de março, quem der entrada em um processo recebe o número do protocolo e uma senha para acompanhar seu andamento via internet.

Em breve, o governo vai implantar o Portal da Transparência, que vai disponibilizar todas as informações para a população sobre a administração pública



Página na internet

via rede mundial de computadores. A secretária ressalta que o mais importante é que se está fazendo essa revolução na administração com tecnologia própria. Ela lembra que, ao assumir o governo, os integrantes foram muito assediados para comprar sistemas. Mas, nas discussões, todos perceberam que, ao adquirir um programa, o governo ficava refém do criador, pois qualquer problema obrigava a contatar o responsável pela tecnologia. Com a tecnologia própria, os sistemas ficam com o governo e não com que os desenvolveu. “Para mim, esse é um dos pontos mais importantes em termo de tecnologia da informação no Piauí”.

A secretária argumenta que o governo demorou a se modernizar porque estava fazendo um levantamento da situação, mas o faz agora, e com tecnologia própria e são os servidores que sabem e ensinam aos demais. Ela lembra que, antes, o governo tinha sistemas sofisticados, mas que ficavam obsoletos no fim de um mandato. Isso porque quem operava era comissionado, e saía sem repassar as informações.

Além disso, os sistemas pertenciam a pessoas de outros Estados.

A implantação de tecnologia própria gerou economia para o Estado. Em 2004, Regina Sousa lembra que foi oferecido ao governo um sistema de folha de pagamento por R\$ 4 milhões e “hoje o governo não gasta nem 20% desse valor para desenvolver sistemas. É importante a não geração de despesas, pois deixamos de gastar muito dinheiro e estamos apostando na prata da casa”. Outra vantagem, segundo Regina Sousa, é que a máquina está mais ágil, pois houve redução do fluxo porque está tudo informatizado e, melhor, treinando pessoal para operar, principalmente servidores efetivos, uma grande preocupação do governo. “O governo passa, mas as coisas boas desenvolvidas têm que permanecer.

Não tem sentido outro governo chegar e ter que começar tudo de novo”, opina. A secretária informa que todas essas ações desenvolvidas na área da tecnologia fazem parte do Plano de Desenvolvimento da Tecnologia da Informação (PDTI), que está sendo implantado aos poucos na adminis-



tração estadual.

O grande foco da gestão da ATI, segundo o diretor-presidente Antonio Torres da Paz, é na busca de soluções para a otimização de recursos públicos e para o compartilhamento de projetos com ênfase na valorização do pessoal da casa. Antonio Torres informa que o PDTI, em implantação, é realizado em conjunto com o Softex, um instituto que desenvolve softwares. Para ele, o trabalho desenvolvido pela Agência de Tecnologia está dentro das metas do governo e lembra que o primeiro trabalho da antiga Prodepu foi implantar o Diário Oficial eletrônico, em 2003, iniciando o cumprimento de uma das metas de governo: a modernização do Estado. Em termos de aquisição de softwares, Antonio Torres conta que a economia gira em torno de R\$ 7 milhões para o governo do Estado.

Ponto eletrônico dos servidores



RIO GRANDE DO NORTE

O desafio de aproximar as gestões estadual e municipal

Assessoria de Comunicação/Searh

A qualidade da gestão começa na estrutura física do ambiente de trabalho, passando por cursos de aprimoramento e por espaços de discussão que reúnem gestores municipais, estaduais e federais. No ano de 2007, o prédio da Searh passou por uma reforma em que os ambientes de trabalhos foram socializados. As salas individuais deram lugar à amplas salas, as mesas de trabalhos ficaram maiores e também foram compartilhadas entre os servidores, facilitando a comunicação pessoal e resultando em um trabalho com maior transparência e fluidez.

Para o secretário da Administração e dos Recursos Humanos (Searh), Paulo César Medeiros, é importante implementar formas modernas de administração. “Qualidade do ambiente, capacitação dos servidores, parcerias entre público-privado, bem como trabalhar com pessoas estimuladas, são elementos de extrema relevância na busca por oferecer aos cidadãos uma gestão pública eficiente”, afirma o secretário.

Ainda em 2007, foi fundada a Escola de Governo, que é responsável pelos cursos de aprimoramento dos servidores de todo o Estado. Atualmente, ela desenvolve o programa ‘Educa RN’, que vai escolarizar os servidores que não tiveram oportunidade de terminar os ensinos Fundamental e Médio.

No ano de 2009, a Searh já promoveu 4 eventos para discutir a gestão pública no Estado: ‘I Capacitação dos Secretários Municipais da Administração e do Planejamento e das Finanças do RN’, ‘3º Congresso de Gestão Pública’, ‘I Fórum dos Secretários Municipais da Administração’ e o ‘Fomenta RN’.



Marco Leal, secretário adjunto de Administração, Carlos Eduardo Veiga, do Ministério do Planejamento, e Paulo César Medeiros, secretário de Administração

Encontro de Secretários

Desde do ano de 2008, a Searh realizou quatro encontros entre secretários municipais e Governo do Estado, para debater as dificuldades e os dilemas encontrados na administração de cada município. Em 2009, foi realizado o 'I Capacitação dos Secretários Municipais da Administração e do Planejamento e das Finanças do RN' e o 'I Fórum dos Secretários Municipais da Administração'.

O evento 'I Capacitação dos Secretários Municipais da Administração e do Planejamento e das Finanças do RN', que ocorreu de 2 a 6 de março, nas cidades de Natal, Mossoró e Caicó, teve como objetivo orientar os secretários municipais a fazer um planejamento para a gestão, de acordo com as características de cada localidade. Durante o encontro, foram tiradas dúvidas sobre como utilizar as verbas enviadas aos municípios. A programação incluía oficinas sobre estratégia na gestão pública nas áreas de tributação, orçamento, finanças públicas e gestão de recursos humanos.

No 'I Fórum dos Secretários Municipais da Administração', que ocorreu no mês de abril, secretários municipais e Governo do Estado debateram sobre o Plano Plurianual (PPA) dos municípios. A reunião contou com a presença do coordenador geral de sistemas do PPA, do Ministério do Planejamento, Carlos Eduardo Lacerda Veiga, do secretário estadual da Administração, Paulo César Medeiros, e representantes da Secretaria Estadual de Planejamento (Seplan).

Durante o Fórum, os participantes assistiram às palestras 'A importância dos municípios' e 'Gestão do PPA – A influência do RN', além de participar da oficina sobre as etapas de um Plano Plurianual, ministrada por Carlos Eduardo Lacerda Veiga.

A agenda da Searh prevê mais dois encontros entre Governo do Estado e gestores municipais, até novembro desse ano. O secretário da Administração, Paulo César, ressaltou que o estado necessita controlar as ações administrativas, "mas que também é preciso redefinir esta forma de administrar, migrando para uma gestão pública capaz de criar valores".

3º Congesp

O 3º Congresso de Gestão Pública do Rio Grande do Norte, que aconteceu em março, em Natal, colocou em pauta assuntos de interesse da sociedade, discutindo temas como os novos paradigmas da gestão pública, a gestão de recursos humanos nos modelos organizacionais da administração pública, a informatização das compras governamentais, a tecnologia da informação e os desafios da administração pública contemporânea no contexto federativo brasileiro.

O evento contou com a participação de mais de duas mil pessoas, entre gestores, técnicos e estudantes das áreas de administração e gestão pública. Para compor a grade da

programação do congresso, a Searh reuniu um grupo de renomados palestrantes, como o secretário de Gestão do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Marcelo Viana, a secretária da Receita Federal, Lina Vieira, entre outros.

Fomenta

Com o objetivo de ampliar a participação de pequenas e micro-empresas nas compras públicas do Rio Grande do Norte, a Searh e o Sebrae/RN realizaram, em maio, o 'Encontro de Oportunidades para Micro e Pequenas Empresas (MPE) nas Compras Governamentais – Fomenta/RN'.

O Fomenta/RN proporcionou aos empresários a oportunidade de conhecer requisitos e procedimentos necessários para alcançar a qualidade exigida pelo Governo do Estado, no processo de licitação.

A programação contou com os temas 'Compras para o Desenvolvimento – Uma Visão Empresarial', ministrada pelo consultor do Programa de Compras Governamentais do Sebrae Nacional, Cláudio Vargas, e 'Experiência do Governo Federal em Compras às Micro e Pequenas Empresas', proferida pelo secretário de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Rogério Santanna.

Na abertura do evento, o secretário Paulo César de Medeiros fez o lançamento do programa 'Compras Governamentais' e em seguida discorreu sobre a nova política de compras governamentais para micro e pequenas empresas, do Governo do Rio Grande do Norte.



Abertura do 3º Congesp

Sistema de manutenção da frota de veículos do Estado vai gerar economia de mais de R\$ 5 milhões ao ano

Adriana Corrêa/Ascom – Sarh



Assinatura do contrato de prestação de serviços entre a Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos (Sarh) e a empresa Banrisul Serviços. Superintendente executivo da Banrisul Serviços, Antonio Carlos Antunes, secretário da Administração e dos Recursos Humanos, Elói Guimarães, gerente executivo da Banrisul Serviços, Antônio Miguel Cavaleto, e o diretor de Transportes do RS, Willis Taranger

O governo do Estado do Rio Grande do Sul inicia, em junho, a implantação do novo sistema de gerenciamento da manutenção da sua frota de veículos. O processo, que é semelhante ao sistema de abastecimento dos carros, implantado em 2006, deve gerar uma economia de mais de R\$ 5 milhões ao ano para os cofres públicos. O anúncio foi feito em maio, durante a assinatura do contrato de prestação de serviços entre Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos (Sarh) e a Banrisul Serviços, empresa que venceu a licitação realizada em 2008.

Conforme o secretário da Administração do Rio Grande do Sul, Elói Guimarães, a economia se dará por meio da agilidade e do controle que o novo mecanismo vai proporcionar. “Esta medida é mais uma prova de que é possível racionalizar o Estado e, paralelamente, prestar melhores serviços ao cidadão. Cumprindo a máxima deste governo, estamos investindo no gerenciamento dos sistemas e fazendo mais com menos”, destaca o titular da Sarh, que ressalta ainda a necessidade de dar continuidade ao processo de ajuste fiscal desenvolvido pela atual administração do Executivo Estadual. “Com o apoio da tecnologia, se temos condições de prestar melhores serviços à população gaúcha com um custo menor, vamos fazer. É o que vem sendo executado desde o início da gestão da governadora Yeda Crusius e que não se findou com o alcance do déficit zero. Precisamos continuar economizando para aumentarmos, cada vez mais, os investimentos”, afirma Elói Guimarães.

A operacionalização da manutenção da frota

Cada veículo oficial terá um número de cartão virtual, possibilitando que o gestor da frota realize orçamentos e contrate serviços mecânicos por meios eletrônicos. Cada operação será monitorada em tempo real pelo Departamento dos Transportes (Dters). Além

do maior controle e da redução do custo direto, a operação irá garantir a diminuição de gastos com material, pessoal, espaço físico e deslocamento. “Não será mais preciso que os veículos lotados, ou em viagem pelo interior do Estado, fiquem parados à espera de guincho que os traga até a Capital para que esperem por manutenção contratada através de licitação. E também não haverá mais estoque de peças sem necessidade”, explica o diretor do Dters, Willis Taranger.

As operações serão controladas pelos gestores da frota e do convênio, por meio de uma cota financeira para cada órgão. Na prática, quando identificada a necessidade de manutenção do veículo, será preenchida uma ordem de serviços pelo gestor, para que sejam requisitados os orçamentos. Com a opção por uma oficina credenciada e a devida justificativa da escolha e da necessidade do serviço, é feita sua autorização mediante o fornecimento de senha pelo condutor do veículo. Depois de realizada a manutenção, o veículo retorna para a frota e o gestor autoriza, via sistema, o fechamento da operação e o respectivo pagamento.

O novo sistema de gestão de frota possibilitará ao gestor controlar toda e qualquer substituição, assim como a durabilidade de peças e acessórios em tempo real, proporcionando, inclusive, maior segurança ao gestor quanto à avaliação de vida útil do veículo.

Sucesso do sistema de abastecimento

A primeira experiência do gênero no RS foi a implantação do sistema de abastecimento da frota. Idealizado pelo Dters, em conjunto com a Companhia de Processamento de Dados do Estado (Procergs), a inovação consiste em um cartão magnético que substituiu o tradicional adiantamento de dinheiro ao motorista ou responsável. Também com o objetivo de obter maior agilidade e controle, foi outorgada ao Banrisul a operação por cartão eletrônico capaz de informar, em tempo real, a data do abastecimento, nome do estabelecimento credenciado, tipo de abastecimento, quantidade consumida em litros, quantidade gasta em reais, município onde se encontra o veículo, placa ou código de identificação do veículo, marcação do hodômetro (ou outro modo de aferição), e média de desempenho por quilômetro rodado (se veículo), desde o último abastecimento. Além disso, identifica o condutor ou responsável pela despesa. O valor pago à vista pelo produto é aquele praticado no dia da aquisição. Com a presença de vários credenciados numa mesma localidade, fica favorecida a disputa. Na tentativa de atrair os veículos públicos, os postos baixam o valor de seus produtos. Assim, o novo sistema já garantiu a redução das despesas com abastecimento em mais de R\$ 3 milhões desde a sua implantação.



Assinatura do contrato de prestação de serviços entre a Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos (SARH) e a empresa Banrisul Serviços. Secretário da Administração e dos Recursos Humanos do RS, Elói Guimarães, com gestores da frota e responsáveis pelo projeto do novo sistema de manutenção de veículos.



Solenidade de entrega de 146 novos veículos às secretarias da Agricultura, Pecuária, Pesca e Agronegócio, Irrigação e Usos Múltiplos da Água e Casa Militar, dentro do projeto de modernização da máquina administrativa, beneficiando o Interior do Estado. Discursando, a governadora Yeda Crusius em frente ao Palácio Piratini com secretários de Estado, prefeitos e populares.



146 novo veículos que já estão em atividade prestando melhores serviços à população do Interior do Estado.

Segad realiza “I Oficina de Trabalhos” para servidores

Assessoria de Comunicação/Segad

Desenvolver um trabalho de aperfeiçoamento das atividades administrativas e, ao mesmo tempo, promover um ambiente de interação e valorização humana tem sido a meta na administração da advogada Ana Luciola Vieira Franco, da Secretaria da Gestão Estratégica e Administração (Segad) do Governo de Roraima.

Seu trabalho tem sido focado na valorização do servidor, através de projetos que humanizem as relações e a modernização da gestão pública. “Entendemos que a eficiência passa pelo bem-estar do servidor e, para isso, estamos desenvolvendo projetos de promoção humana, valorização e ainda trazendo mecanismos mais modernos para execução das atividades administrativas”, disse ela.

No dia 5 de junho, a Segad parou seu atendimento externo para realizar a I Oficina de Trabalhos, um evento que contou com a participação maciça de todos os servidores, durante quase todo o dia. “Através de reuniões setoriais detectamos que os servidores possuíam total conhecimento de seus procedimentos normais, mas no que tangia aos outros departamentos, percebemos que eles não possuíam informações precisas”, explicou ela.

Segundo Ana Luciola Vieira Franco, após verificar essa necessidade, foi feita a proposta de organizar um evento de grande porte, que promoveria esse encontro de idéias. “Unir para chegar à excelência”, foi o tema escolhido deste evento que propiciou, principalmente, o contato descontraído entre servidores. A programação iniciou-se às 8h e teve seu encerramento às 13h30 com um almoço para 560 servidores.



I Oficina de Trabalhos da Segad



Ginásio lotado de servidores durante as atividades

Qualidade de vida

Durante o evento, foi lançado oficialmente o programa Qualidade de Vida do Servidor. Uma equipe multidisciplinar está detectando as necessidades de cada setor do Governo do Estado para, a partir daí, oferecer serviços. Dentre eles, orientação e acompanhamento médico, palestras educativas, ginástica laboral, iniciativas de segurança no trabalho, orientação nutricional, combate ao estresse e atividades lúdicas e recreativas, que irão promover uma melhor qualidade de vida para o servidor.

A equipe gestora é formada por professores de educação física, pedagogos, músicos e cientistas sociais e terapeutas. “O trabalho está apenas no começo, mas em seu lançamento percebeu-se que já criou expectativa em todos os servidores presentes”, comentou a secretária.

CTI

Outro setor que teve grande destaque na I Oficina de Trabalhos da Segad foi o Centro de Tecnologia da Informação (CTI), cuja equipe vem desenvolvendo a padronização de todos os websites das secretarias e órgãos estaduais, migrando-os para tecnologias mais avançadas, proporcionada pelo software livre, a fim de

que todos os serviços de e-gov atendam as perspectivas do cidadão.

Sua equipe tem realizado uma série de ações no desenvolvimento desses produtos, a exemplo do Portal Roraima (www.portal.rr.gov.br). Um dos produtos dessa nova safra é o novo Site do Servidor (www.servidor.rr.gov.br), com design inovador, de fácil manuseio e acessibilidade. “O Site do Servidor tem sido um meio de divulgar as atividades da secretaria e facilitar a vida do servidor. O nosso objetivo é inovar cada vez mais e diminuir os entraves para o fornecimento de informações pessoais do servidor”, explicou a secretária.

Ela contou ainda que o Governo do Estado contratou uma equipe de consultoria para avaliar o desempenho do sistema de folha de pagamento, visando a melhoria dos serviços nessa área. “Estamos iniciando o levantamento para aquisição de um novo programa para a folha de pagamento, com novos equipamentos e uma equipe treinada. Existem novidades a todo momento nessa área, e a folha é um setor sensível demais e que merece toda a nossa atenção, afinal lida diariamente com a vida financeira de mais de 20 mil servidores”, ressaltou Ana Luciola.



SANTA CATARINA

Programa de descentralização adequa máquina pública

Assessoria de Comunicação/Sea

Com a adoção do programa de descentralização administrativa em Santa Catarina, pelo governador Luiz Henrique da Silveira, em janeiro de 2003, coube à Secretaria da Administração um papel estratégico na tarefa de adequar a máquina pública ao novo desafio que se impôs: o de promover o desenvolvimento regional de forma equilibrada e constante nas 36 microrregiões em que foi dividido o Estado. Modernas práticas de gestão, em substituição a fórmulas ultrapassadas, já incapazes de atender a contento às novas necessidades, dotaram nos últimos anos a estrutura administrativa de instrumentos eficazes de controle dos gastos públicos, possibilitando, assim, ao Governo, aumentar os investimentos em áreas prioritárias.

“Alcançar tal objetivo só se tornou possível mediante a adoção de um elenco de medidas de racionalização de gastos, que passaram pela revisão de despesas com passagens, aluguéis, telefonia fixa e celular, contas de água e luz, contratação de mão de obra terceirizada e aquisição de materiais, entre outros itens”, explica o secretário da Administração, José Nei Ascarí. “Hoje, quando a política de descentralização está totalmente consolidada e o seu sucesso desperta o interesse de outros Estados para essa nova forma de governar, continuam em andamento projetos importantes para reduzir ainda mais o custeio da máquina e aumentar sua eficácia. Em outras palavras, Santa Catarina busca, em passos céleres, alcançar na sua totalidade a modernidade administrativa preconizada pelo governador Luiz Henrique”, diz Ascarí.



José Nei, secretário de Administração

Centros Administrativos Regionais

Um dos projetos mais importantes destacados pelo secretário da Administração é o que prevê a construção dos centros administrativos regionais e a ampliação da área construída do Centro Administrativo do Governo do Estado, em Florianópolis. “Os centros administrativos regionais foram concebidos de acordo com a filosofia do programa de descentralização para abrigar nas microrregiões, em um só espaço, a Secretaria de Desenvolvimento Regional (SDR) e as demais unidades do Governo do Estado. Das

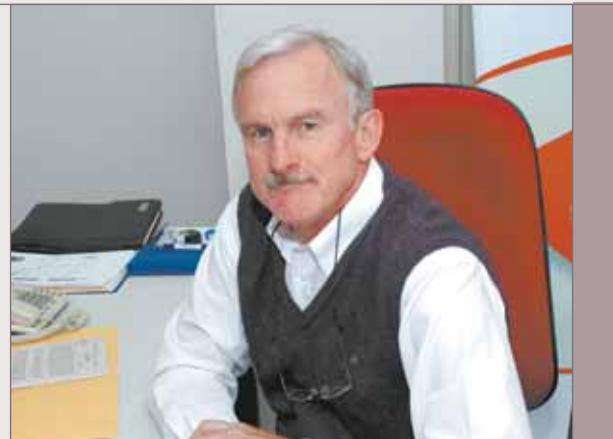


Paulo Coelho, diretor de Saúde do Servidor

36 SDRs, 12 estão abrigadas em prédios próprios e necessitarão de investimentos apenas para ampliação e adequação dos espaços, para poderem receber as outras repartições públicas estaduais. As outras 24 estão em imóveis alugados ou cedidos. Todos os aluguéis custam R\$ 13,2 milhões por ano ao Governo do Estado. A forma encontrada para o Governo arrecadar dinheiro e poder construir as novas sedes regionais, foi colocar à venda imóveis pertencentes ao Estado – terrenos com e sem benfeitorias e prédios de diferentes tamanhos, situados nas várias regiões e considerados sem finalidade pública –, conforme explica o diretor de Gestão Patrimonial da Secretaria da Administração, Pedro Abel, responsável direto pela coordenação do projeto.

Os imóveis começam a ser oferecidos em leilões públicos e concorrências, e o dinheiro proveniente das vendas deverá compor o Fundo de Patrimônio, aprovado pela Assembléia Legislativa no ano passado. Cada secretário regional tem a missão de identificar e disponibilizar os imóveis para alienação. Assim que houver recursos suficientes em caixa, terá início a construção dos centros administrativos, que terão três tamanhos diferentes: com 1,9 mil metros quadrados, 2,8 mil metros e 3,5 mil metros, orçados entre R\$ 3 milhões e R\$ 5 milhões, dependendo das dimensões. “Com a venda desses imóveis, teremos recursos suficientes para construir todos os centros regionais”, afirma o secretário José Nei Ascani.

Na verdade, o Governo do Estado possui 2.700 imóveis já cadastrados no novo sistema de patrimônio, avaliados em R\$ 737 milhões (valores históricos), além de 1.300 ainda em fase de cadastramento. A venda de parte deste patrimônio servirá também para assegurar as obras de ampliação do Centro Administrativo, situado a cerca de 10 quilômetros do centro de Florianópolis, para abrigar ali algumas secretarias localizadas em outros pontos da cidade e que ocupam, na maioria, imóveis alugados. “Com a concentração de todas as repartições da Capital no Centro Administrativo, o Governo fará uma economia mensal de R\$ 240 mil só com aluguéis, além de obter di-



Pedro Abel, diretor de Gestão Patrimonial

nheiro com a venda de prédios próprios muito valorizados, por estarem localizados em pleno centro da Capital”, revelou Pedro Abel. Ele também aponta redução de gastos com água, vigilância, energia elétrica, coleta de resíduos.

Assim, no terreno com 60 mil metros quadrados, com área construída de 20 mil metros quadrados, onde estão instalados os gabinetes do governador e do vice e várias secretarias, como as da Administração, Fazenda, Comunicação, Planejamento e Articulação Estadual, entre outras, a empresa SC Parcerias e o Teatro Pedro Ivo Campos, serão construídos dois novos prédios, com área construída de 57 mil metros quadrados e orçados em aproximadamente R\$ 80 milhões.

O início das obras está previsto para o segundo semestre deste ano, e a conclusão em 24 meses. Quando forem inaugurados, a população do Centro Administrativo, hoje de 1.300 servidores, saltará para perto de 5 mil. “Com isso, vamos dotar Santa Catarina de uma estrutura física administrativa moderna, integrada, evitando-se deslocamentos desnecessários de secretários e técnicos e, assim, dando mais agilidade ao sistema, sem falar na economia operacional que vai representar”, destacou Ascani.

Saúde do Servidor

Outro destaque dentro do elenco de ações de modernização administrativa deflagrado pela Secretaria da Administração é o Programa de Saúde Ocupacional do Servidor Público, desenvolvido pela Diretoria de Saúde do Servidor (Dsas) em consonância com a Lei Estadual 14.609, aprovada em caráter pioneiro no País pela Assembléia Legislativa em janeiro deste ano.

O programa, que deve entrar em execução em julho e estar totalmente implementado em 2010, inaugura “uma nova era na política de saúde do servidor”, segundo o secretário Ascani. “Representa uma evolução nos dispositivos legais catarinenses e brasileiros relacionados à saúde ocupacional, configurando-se como uma estratégia ino-

vadora na promoção da qualidade de vida no trabalho e na redução ou eliminação dos riscos ocupacionais no serviço público estadual, mediante monitoramento periódico e individualizado, de acordo com as características de cada atividade dos servidores”, reforça.

Com efeito, o novo programa acresce aos procedimentos atuais na área de segurança e medicina do trabalho, limitados até então quase integralmente à expedição de atestados médicos, uma gama de serviços e ações voltados a aprimorar as condições de saúde física e psicológica do servidor, com o objetivo de reduzir o absenteísmo funcional e promover a saúde. “Grande parte do absenteísmo funcional decorre da falta de análise preventiva”, alerta o diretor de Saúde do Servidor, Paulo Coelho, ressaltando que, por meio desse monitoramento sistemático, detectando determinados “sinais” ou “sintomas” no trabalhador, é plenamente possível o Estado agir preventivamente.

O programa não se restringirá a exames periódicos. Pela primeira vez, todos os servidores serão monitorados, com análises individuais e em grupos, e cada caso diagnosticado será encaminhado para tratamento e acompanhamento específicos. No mês do seu aniversário, o servidor receberá solicitação para se submeter a exames e, na sequência, a avaliação clínica. A partir do conhecimento do seu quadro clínico, ele passará a ser monitorado pela equipe mais próxima ligada ao órgão onde trabalha.

Entre os principais problemas de saúde responsáveis pelo absenteísmo, a médica Iara Gaiéski Pinós, gerente de Saúde Ocupacional da Dsas, cita as “causas universais que conhecemos”: lesões de esforço repetitivo (ler-dort), depressões, além do sedentarismo e suas apresentações de risco, como hipertensão e infarto agudo do miocárdio.

Outros fatores causais que agravam essas estatísticas são o alcoolismo, o tabagismo e suas graves repercuções. “Sabemos que são problemas sociais danosos, que vão além do trabalho. É imprescindível, pois, que a abordagem para a promoção da saúde do servidor tenha ações individuais e em grupo. Os problemas apontados acima são multifatoriais e não se resolvem apenas com remédios”, diz a médica.

Exercícios de fisioterapia e melhora nas condições de trabalho serão usados no combate à ler-dort, ao mesmo tempo em que serão promovidas reuniões de grupos específicos para controle e reeducação dos diferentes problemas detectados.



Centro Administrativo do Governo

Projeto Transforma

Numa avant-première do que será o Programa de Saúde Ocupacional, já vem sendo executado há alguns meses o Projeto Transforma, pelo qual os servidores aprendem a praticar uma série de exercícios que permitem relaxar física e emocionalmente em apenas 15 minutos, revela Henriqueta Lucila da Silva, sua coordenadora. Praticado em grupos, no próprio local de trabalho, o Transforma realiza sessões em várias repartições, na capital e no interior, ministradas por “multiplicadores”, ou seja, servidores que aprenderam as técnicas de relaxamento e as transmitem aos colegas. O diretor Paulo Coelho faz questão de destacar que a política de descentralização administrativa tornou mais factível aplicar um programa que beneficia a todos os servidores, dentro de uma logística racional e sem grandes aumentos de custo, uma vez que vai utilizar o pessoal das próprias regiões (técnicos em saúde ocupacional, como médicos, psicólogos, assistentes sociais e engenheiros do trabalho) para atender os servidores. O treinamento desses profissionais deve começar em julho.



Prêmio Mario Covas anuncia vencedores

Assessoria de Comunicação/SGP

As 15 equipes vencedoras do 5º Prêmio Governador Mario Covas foram anunciadas na noite de quarta-feira, dia 8 de abril, em cerimônia de premiação na Sala São Paulo. Os ganhadores foram selecionados entre 40 projetos semifinalistas, escolhidos por uma comissão julgadora nas categorias Excelência em Gestão Pública e Inovação em Gestão Pública.

O prêmio busca identificar e valorizar as boas práticas de gestão pública, bem como aumentar a eficiência do Estado e melhorar o atendimento à população. Participaram do evento o governador em exercício, Alberto Goldman, e os secretários Sidney Beraldo (Gestão Pública), Geraldo Alckmin (Desenvolvimento), Luiz Antônio Marrey (Justiça e Defesa da Cidadania), Antônio Ferreira Pinto (Segurança Pública), Luiz Massao Kita (Casa Militar) e Lourival Gomes (Administração Penitenciária). Goldman enalteceu as boas práticas de gestão públicas premiadas no evento. “O governador José Serra realizou diversas ações que têm continuidade e visam à melhoria do serviço público. Por isso, é importante premiar e incentivar o desempenho dos servidores”.

Em seu discurso, o secretário Beraldo falou sobre a importância de disseminar as experiências para o Estado. “Desta forma, contribuímos para que as políticas públicas cumpram o seu papel. É importante que se tenha cada vez mais profissionais preparados para o serviço público”, frisou. A categoria Inovação em Gestão Pública teve destaque na seleção, com 10 projetos premiados. São eles: Colegiado Regional de Atenção Básica do DRS III “Araraquara: Uma estratégia para fortalecer a Atenção Básica – AB”, do Departamento Regional de Saúde (DRS III) Araraquara, vinculado à Secretaria de Saúde; “Comunidade Virtual de Aprendizagem Saúde: criando

uma rede viva de colaboradores na área da saúde”, da Fundação do Desenvolvimento Administrativo (Fundap), vinculado à Secretaria de Gestão Pública, e Secretaria da Saúde; “Desafios e Avanços da Comissão de Análise de Solicitações Especiais, visando a Equidade e o Aprimoramento da Gestão do SUS”, do Departamento Regional de Saúde de Ribeirão Preto (DRS XIII), da Secretaria de Saúde; “DO.online: A transparência dos atos do governo disponível ao cidadão”, da Imprensa Oficial do Estado de São Paulo S/A (Imesp); “EmplasaGEO – Geoinformação para o cidadão”, da Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano S/A (Emplasa); “Implantação de coleta/afastamento/tratamento esgotos em comunidades rurais de 150 a mil habitantes”, da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp), vinculada à Secretaria de Estado de Energia e Saneamento; “Projeto Ambiental Estratégico Etanol Verde”, Centro de Desenvolvimento Tecnológico/Coordenadoria de Biodiversidade e Recursos Naturais, ligado à Secretaria do Meio Ambiente; “Projeto de Recuperação Ambiental de Vila Machado: Gestão Territorial Compartilhada aliada ao Monitoramento para a Ação e a Eficácia”, Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp Jales), de Jales; “Taboão Paraiso: Polícia e Comunidade em Ação”, da 3ª Cia do 15º BPM/M (Guarulhos), ligada à Secretaria da Segurança Pública e “Uma parceria inovadora para fazer frente ao fenômeno da “judicialização das políticas públicas de saúde”- A otimização da gestão pública, do Codes”, Coordenação de Demandas Estratégicas do Sistema Único de Saúde, da Secretaria de Estado da Saúde e PJ8 – 8ª Subprocuradoria da Procuradoria Geral do Estado.

Na categoria Excelência em Gestão Pública, os cinco

trabalhos premiados foram: “Cadastro e Seleção de Candidatos a Beneficiários dos Assentamentos Estaduais”, da Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo José Gomes da Silva (Itesp), vinculada à Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania; “Criação de Centro de Prevenção e Tratamento de Disfunções do Assoalho Pélvico”, do Núcleo de Uroginecologia (NUG) de Jaú, vinculado à Secretaria de Saúde; “Gerenciamento de materiais hospitalares no HRAC-USP: planejar é preciso!”, do Hospital de Reabilitação de Anomalias Craniofaciais da Universidade de São Paulo (USP); “Gestão Estratégica da Unidade de Farmacotécnica Hospitalar na busca da excelência e resultados”, do Hospital das Clínicas – Instituto Central, vinculado à Secretaria de Saúde e, ainda, a “Modernização dos Serviços de Limpeza em Ambiente Escolar”, da Chefia de Gabinete da Secretaria da Educação. Em sua quinta edição, o Prêmio Mario Covas atingiu a marca de 184 trabalhos inscritos. A maioria dos projetos é voltada para a Saúde, com 69 iniciativas. Saneamento e Energia seguem com destaque na lista com 27 trabalhos. Das 19 secretarias, Ensino Superior também tem boa margem de adesão, com 15 equipes inscritas.

Todas as equipes pré-selecionadas foram premiadas. Aos finalistas receberam, durante a cerimônia, troféus e certificados. Já os semifinalistas receberam certificados. Às 40 equipes foram conferidos ainda equipamentos de informática.

Comissão julgadora

Neste ano, o prêmio incorporou à comissão julgadora representantes da iniciativa privada, com experiência na avaliação de trabalhos relacionados à gestão. Os jurados atuam nas empresas McKinsey Consultoria; Revista Banas Qualidade e Metrologia & Instrumentação; IPEG – Instituto Paulista de Excelência em Gestão; Fundação Brava; Agência Dinheiro Vivo; Fundação Nacional da Qualidade (FNQ); Instituto Sou da Paz; Grupo Fleury; Natura e CPFL. Também participaram da seleção representantes da Universidade de São Paulo (USP) e Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Evento teve

cobertura por blog

Quem esteve fora das dependências da Sala São Paulo também teve a oportunidade de acompanhar a cerimônia de premiação. Neste ano, a novidade do evento foi a cobertura



Troféu entregue aos vencedores

em tempo real pelo blog da Secretaria de Gestão Pública. Ao acessar o endereço www.secretariadegestao.blogspot.com, que está no ar desde 6 de abril, o internauta pode conferir textos e imagens.

Prêmio Governador Mario Covas

Voltado para servidores estaduais de diferentes órgãos administrativos – Executivo, Legislativo e Judiciário –, o Prêmio Governador Mario Covas visa difundir e valorizar as boas práticas de gestão pública. É uma iniciativa da Secretaria de Gestão Pública, realizada por meio da Fundação do Desenvolvimento Administrativo (Fundap), que tem o apoio da Fundação Mario Covas e patrocínio do Banco do Brasil.

O Prêmio Mario Covas foi instituído pelo Decreto 49.191, em novembro de 2004. Desde então, foram inscritas 994 iniciativas, entre elas, o Projeto Nota Fiscal Paulista, premiado na edição anterior. A iniciativa da Secretaria da Fazenda tem a finalidade de estimular o exercício da cidadania fiscal, com a devolução de 30% do ICMS recolhido pelo estabelecimento. Também no ano passado, o projeto de portal do Acessa SP, programa de inclusão digital, foi um dos vencedores do prêmio.

A partir desta edição do prêmio, passam de cinco para duas as categorias para inscrição dos trabalhos. Essa mudança tem como objetivo adequar a premiação aos novos conceitos de gestão pública, estimulando a inovação e a excelência no setor público. Também houve um aumento no número de premiados, que elevou de 10 para 15 projetos vencedores. Nas quatro edições anteriores, foram premiadas 37 iniciativas.

Governo propõe novas regras para contratação temporária

O governo de São Paulo enviou para a Assembleia Legislativa um projeto de lei complementar que estabelece novas regras para a contratação temporária no Estado. Trata-se de mais uma medida de modernização da gestão pública, que tem como objetivo essencial a melhoria do serviço público estadual. “Esta é uma medida histórica, que o Governo Serra está tomando para assegurar a qualidade e a continuidade dos serviços essenciais prestados pelo Estado à população”, afirma o secretário de Gestão Pública do Estado, Sidney Beraldo.

De acordo com o projeto, a contratação temporária terá duração máxima de um ano, e uma mesma pessoa só poderá ser admitida, ainda que para atividades diferentes, 200 dias depois do fim do seu contrato de trabalho. As medidas não se aplicam aos docentes temporários com estabilidade prevista na Lei Complementar 1010/2007 (Lei da SPPrev), que terão assegurada a jornada mínima de 12 horas semanais. A contratação de temporários será feita após um processo seletivo, cujas regras e critérios serão regulamentados pela Secretaria de Gestão Pública.

O objetivo é que a contratação temporária seja utilizada somente em casos específicos, em que esse tipo de contratação atenda melhor à necessidade do serviço público, ao mesmo tempo em que garante condições e regras mais claras para os contratados. O projeto é parte também do esforço do Estado para gradualmente substituir temporários por funcionários efetivos, tanto que foram encaminhados, ao mesmo tempo, à Assembleia projetos que criam cargos na Saúde e na Educação, áreas do governo que hoje mais utilizam contratação temporária.

Objetivo é garantir qualidade do serviço público estadual

Temporários da educação

O projeto de lei traz inovações na questão dos professores temporários, como parte do Programa + Qualidade na Escola, anunciado pelo governador José Serra no dia 5 de maio. Será institucionalizado o exame obrigatório como requisito para que os professores atuem nas salas de aula. A atribuição de aulas dos professores temporários vai levar em conta os resultados da prova anual, além dos requisitos de tempo de serviço e titulação.

Somente serão admitidos para ministrar aulas os professores que forem aprovados na prova anual. Aos professores que não forem aprovados no exame e tiverem a garantia de estabilidade prevista na Lei Complementar 1010 será assegurada a jornada mínima de 12 horas semanais, que será exercida em funções auxiliares do processo de ensino (como atividades em salas de leitura, infocentros e em programas de parceria com a comunidade). Os professores reprovadas no exame dos temporários não darão aulas. Esses professores deverão obrigatoriamente prestar o exame nos anos seguintes e conseguirem a aprovação para poderem dar aulas, ou continuarão em atividades auxiliares ao ensino nas escolas.

“Acessa SP” vira escritório virtual de trabalhadores autônomos

O Acessa SP, programa de inclusão digital do Governo do Estado de São Paulo, ajuda quem não tem computador em casa a desenvolver suas atividades profissionais. Muitos trabalhadores autônomos estão usando os postos do Acessa SP para trabalhar, como “escritórios virtuais”.

O tempo é limitado, mas isso não é empecilho. O atendimento nas unidades do Acessa São Paulo é gratuito, e cada usuário tem direito a 30 minutos de navegação por acesso. Quando o tempo acaba, é preciso pegar uma senha e voltar ao final da fila. Assim, em períodos de 30 minutos, é possível entrar em contato com clientes, passar orçamentos e responder a e-mails profissionais, por exemplo.

Norberto Edgard da Silva, de 67 anos, é uma das pessoas que fizeram do Acessa SP seu posto de apoio ao trabalho que exerce, como consultor econômico, fazendo pesquisas sobre títulos de valores, que são negociados na Bolsa de Mercadorias. As buscas na internet, ele faz do Acessa SP no Parque da Juventude, zona norte de São Paulo.

Norberto é formado em Economia e trabalhou 20 anos como operador na Bolsa de Valores. “Levei uns tombos na Bolsa e saí de São Paulo. Quando voltei, há dois anos e meio, descobri que poderia fazer esse trabalho sem ter que gastar com a internet”, comemora ele.

Laurindo Rodrigues Mecenas, de 55 anos, também é um usuário do Acessa SP do Parque da Juventude, que freqüenta há mais de 3 anos. Laurindo trabalha com instalação de antenas, montagem de sistemas de radiodifusão e instalações elétricas. Ele faz a maioria dos contatos com os clientes pela internet, sempre usando os terminais do posto. “Eu também faço pesquisas e, às vezes, faço cursos online, estou sempre aprendendo. Mas na maior parte do tempo, faço contato com clientes, ou com pessoas que podem indicar novos trabalhos”.

André Lopes, de 42 anos, trabalha com tecnologia de segurança e sistema de alarmes em empresas.

Ele conta que, no momento, prefere economizar e não ter computador em casa, pois com o telefone celular e o posto do Acessa SP, pode fazer todos os contatos profissionais de que precisa.

Programa Acessa São Paulo

O Acessa São Paulo, vinculado à Secretaria de Gestão Pública e gerido pela Prodesp (Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo), oferece acesso às novas tecnologias da informação e comunicação, em especial à internet, contribuindo para o desenvolvimento social, cultural, intelectual e econômico dos cidadãos.

O programa está presente em 435 municípios, dispõe de 492 postos, com 3.757 computadores e 922 monitores. São mais de 1,6 milhão de usuários cadastrados em todo o Estado e já atingiu a marca de 37,3 milhões de atendimentos desde julho de 2000, quando o Programa foi lançado.

Nas unidades do programa é possível usar os computadores em períodos de 30 minutos por acesso. Ao final desse período, o usuário que quiser continuar navegando na internet deverá retirar nova senha e aguardar sua nova vez, sem limites de repetição.

No caso do Parque da Juventude, zona norte de São Paulo, foi criada uma “Sala de Estudos” destinada exclusivamente para pessoas que queiram fazer trabalhos – escolares ou profissionais. Ali, o cidadão pode permanecer por 1 hora a cada retirada de senha. É um espaço menor, mais reservado, para permitir que o usuário se concentre nas suas tarefas e melhore sua produtividade. Ali, não é permitido o acesso a sites de redes de relacionamentos.

Esta “Sala de Estudos” surgiu em função de uma necessidade específica local já que no Parque da Juventude funciona uma ETEC/FATEC – escolas de ensino profissionalizante. E este posto também é muito freqüentado pelos alunos.



SERGIPE

Nova linha de crédito para MPEs sergipanas

Assessoria de Comunicação/Sead

As pequenas e microempresas (MPEs) sergipanas receberam um grande incentivo. Desde o dia 2 de junho, elas contam com uma nova linha de crédito do Banco do Estado de Sergipe (Banese), voltada especialmente para as MPEs locais que estejam fornecendo bens e serviços para o Governo do Estado. O Credi-Compras Governamentais Banese, idealizado pela Secretaria de Estado da Administração (Sead) e desenvolvido pelo Banese, oferece crédito para capital de giro e investimentos. A expectativa é que sejam emprestados R\$ 10 milhões ainda no segundo semestre do ano.

Empenhado em fortalecer o poder de compra das MPEs, o Governo do Estado, por meio da Sead vem criando mecanismos para incrementar essa parcela de empreendedores. Em setembro de 2007, o Governo do Estado, numa atitude pioneira no País, sancionou a Lei Estadual de Licitações 6.206/07, a partir de uma demanda da Sead, com o objetivo de usar o poder de compra do Estado para fomentar o comércio local e também as MPEs, com a criação de um ambiente legal favorável, visando ao desenvolvimento econômico e social sustentável. Agora, mais uma vez, de forma inédita no País, o Governo de Sergipe lança o Credi-Compras Governamentais Banese.

Força das MPEs

As micro e pequenas empresas representam 99% dos estabelecimentos instalados em Sergipe e respondem por 60% dos empregos, de acordo com dados fornecidos pelo Serviço Nacional de Apoio à Micro e Pequena Empresa (Sebrae). A participação das MPEs nas compras públicas do Estado passou de 6% em 2007, para 37% em 2008, graças ao advento da Lei 6.206/07. E já no primeiro trimestre de 2009, do total arrematado em pregões eletrônicos, 82,35% destinados às MPEs sergipanas.

Para o secretário de Estado da Administração, Jorge Alberto, os números motivaram a Sead a demandar uma linha de crédito específico para as MPEs sergipanas. “Oferecer todo o incentivo às micro e pequenas empresas é uma meta do governo Marcelo Déda, e nós, da Secretaria da Administração, estamos nos esforçando e buscando parcerias para honrar esse compromisso com o setor empresarial sergipano”, diz Jorge Alberto. O governador do Estado, Marcelo Déda, faz questão de ressaltar a força do Banese e a sua função para o bom funcionamento da economia sergipana. “Hoje, o Banese é um banco forte, que se destaca em sua categoria. E conseguiu chegar a esse nível realizando ações desse tipo, que beneficiam as empresas do nosso estado e geram emprego e renda para a população sergipana”, afirma o governador.



Cerca de 400 empresários e representantes de entidades de classe prestigiam o lançamento



Tânia Pan: “todas as ações que beneficiem as MPEs são válidas

Credi-Compras Governamentais

A linha de crédito tem como público alvo as MPEs sergipanas que possuem contrato de prestação de serviço ou de fornecimento de bens com o Estado de Sergipe e que ganharam licitações públicas. O crédito pode alcançar até 80% do valor da nota fiscal faturada. A forma de pagamento será em parcela única, debitada automaticamente em conta corrente na data do pagamento do crédito pelo Estado ou no vencimento do contrato – o que ocorrer primeiro.

O presidente do Banese, Saumíneo Nascimento, explica que a linha de crédito oferece taxas de juros diferenciadas e negociáveis com o gerente da unidade. “É uma ação forte e firme, no sentido de dotar o empresário de mais recursos financeiros, fazendo com que tenha maior condição de cumprir o contrato e gerar mais emprego e renda”, opina o presidente do banco.

“O Estado está antecipando uma solução para o microcrédito empresarial, que está previsto no Capítulo 5 do Artigo 46 da Lei Geral da Micro e Pequena Empresa, onde o empenho pode ser negociado num banco oficial”, afirma o consultor da unidade de políticas públicas do Sebrae nacional, Robson Schmidt. Ele esteve em Aracaju a convite da Sead, representando a direção nacional do Sebrae, para acompanhar o evento de lançamento da linha de crédito, a primeira do País específica para os micro e pequenos empresários vencedores de licitações públicas.

Cerca de 400 pessoas assistiram ao evento de lançamento no início de junho, entre eles diversos empresários e representantes de entidades de classe. Para a empresária Tânia Pan, todas as ações que incentivem as pequenas e microempresas são válidas, pois aumentam a competitividade junto ao mercado. “O Credi-Compras Governamentais Banese vai dar muito mais chances para as micro e pequenas se desenvolverem e competirem com empresas maiores”, diz a empresária, que já teve sua microempresa contratada para o fornecimento de mobiliário de escritório, após ter sido beneficiada pela Lei 6.206/07.

Modernização da gestão pública em Sergipe é apresentada em Brasília no II Consad

A modernização da administração pública em Sergipe continua tendo boa exibição nacional. No II Congresso Consad de Gestão Pública, a Secretaria de Estado da Administração (Sead) participou com a apresentação de três trabalhos. O Congresso, promovido pelo Conselho Nacional de Secretários de Estado da Administração, foi realizado entre os dias 6 a 8 de maio, em Brasília, e contou com a participação de aproximadamente mil participantes. Mais uma vez, o Governo de Sergipe teve a oportunidade de exibir suas principais inovações em gestão pública.

Para o secretário da Administração, Jorge Alberto, há algum tempo Sergipe vem se destacando no cenário nacional. “O fato de termos três apresentações aprovadas para o congresso dá uma dimensão da qualidade de nosso trabalho. As inovações e a modernização da gestão pública do Governo Marcelo Déda têm sido um referencial para muitos administradores no País, com ações pioneiras que visam o desenvolvimento sustentável em nosso Estado”, afirma Jorge Alberto.

A Sead inscreveu três trabalhos para serem apresentados no Congresso, sendo que todos foram aprovados pela banca examinadora. Os temas das apresentações foram: a inclusão social promovida pelo Centro de Atendimento ao Cidadão (Ceac); a modernização da administração pública através do Gerenciamento Matricial de Despesas (GMD); e o uso do poder de compra do Governo de Sergipe em favor das micro e pequenas empresas, resultado da Lei Estadual de licitações 6.206/07.

Ceac

O Ceac é um órgão ligado que oferece uma grande variedade de serviços de interesse público, com uma média 100 mil atendimentos por mês. Mais de 20 órgãos parceiros oferecem cerca de 200 serviços nas duas unidades do Ceac, localizadas em pontos estratégicos de Aracaju. Além da grande quantidade de serviços prestados, a qualidade dos serviços também é uma marca do Ceac, comprovada por uma pesquisa de opinião pública realizada



Ceac oferece mais de 200 serviços à população



Jorge Alberto: "Sergipe tem sido um referencial em gestão pública"

pelo Instituto Padrão, em dezembro de 2008. A pesquisa, além de mostrar a grande satisfação dos cidadãos atendidos pelo Ceac, apontou um índice de 99% de confiabilidade em relação aos serviços prestados e documentos emitidos pelo Centro de Atendimento ao Cidadão.

O Ceac é parte do Planejamento Estratégico do Governo do Estado 2007/2010 no eixo Inclusão pelo Direito. A mais nova ação da Secretaria da Administração foi a implantação, em junho de 2009, do Ceac Móvel, uma unidade itinerante do Centro de Atendimento ao Cidadão que realizará mutirões de cidadania pelo interior sergipano, beneficiando aqueles que não podem se locomover até a capital. O Ceac Móvel será incorporado a outro programa de cidadania do Governo do Estado, o Sergipe de Todos, promovendo a inclusão social nos 74 municípios do interior sergipano. Outro projeto de ampliação do Ceac que está em estudo é o da futura implantação de uma unidade do Ceac na Rua 24 Horas. Se concretizado, esse projeto desempenhará um papel fundamental na revitalização do centro comercial de Aracaju.

Modernização administrativa

A modernização da administração pública é outro destaque da Sead. Após parceria realizada com o Movimento Brasil Competitivo (MBC), a Secretaria da Administração iniciou um trabalho de redução de despesas administrativas e disseminação de práticas diferenciadas de gestão pública, o Gerenciamento Matricial de Despesas (GMD), com ênfase nos resultados. Em um ano, entre os meses de outubro de 2007 e 2008, o Estado teve uma economia real de R\$ 160 milhões. No Planejamento Estratégico do Governo (2007/2010) o assunto faz parte da Diretriz Estratégica de Modernização Administrativa.

Além da Sead e suas autarquias (Ipesaúde e

Sergiprevidência), as Secretarias da Saúde, Educação e Segurança Pública também aderiram ao GMD. Para otimizar os gastos públicos, foram desenvolvidas ferramentas como a implantação de chips eletrônicos nos veículos da frota estadual, que reduziu os gastos com combustível em 20%, representando uma economia de R\$ 2,5 milhões por ano. A renegociação das tarifas de telefonia e energia elétrica, além de campanhas de conscientização dos servidores, também auxiliou na redução de gastos da Secretaria. Economia com outras despesas administrativas.

Compras públicas e as MPEs

O uso do poder de compra do Governo de Sergipe foi utilizado de forma estratégica para o processo de desenvolvimento econômico com foco nas micro e pequenas empresas. Seguindo o Planejamento Estratégico do Governo do Estado (2007/2010), no eixo Inclusão pela Renda, as compras públicas adotaram um papel fundamental para o Governo do Estado, principalmente com a publicação da Lei 6.206/07, que concede benefícios às MPEs nas licitações públicas estaduais.

Essa mudança de paradigma fez com que a participação das MPEs nas compras públicas estaduais aumentasse de 6% no final de 2007 para uma média de 37% ao longo do ano passado. Nos primeiros meses de 2009 as micro e pequenas empresas continuam tendo bom desempenho nas compras do Governo de Sergipe. Como se tratam de empresas que representam 99% dos estabelecimentos produtivos do Estado, a medida tem se revelado uma forte aliada no combate à crise econômica, gerando postos de trabalho e distribuindo renda entre a população sergipana. "Com certeza, o pioneirismo do Governo Marcelo Dêda com a edição da Lei 6206/2007 foi essencial para a aprovação deste trabalho", diz o secretário Jorge Alberto.

Tocantins valoriza servidores e garante mobilidade com os PCCSs

Assessoria de Comunicação/Secad

O servidor é uma constante preocupação do governo estadual. Prova disso é a política que vem sendo implementada desde 2005, beneficiando diversas categorias. Com um quadro funcional relativamente pequeno, se comparado a outros estados da Federação, o governo tocantinense tem a oportunidade de utilizar vários instrumentos, entre eles os Planos de Cargos, Carreiras e Subsídios (PCCS).

Da instalação do estado, após a Constituição Federal de 1988, até hoje, foi longo o caminho a se percorrer com relação à estruturação da carreira dos servidores. A definição de regras de mobilidade funcional se deu apenas a partir de 2005, na atual gestão estadual, e trouxe grandes conquistas, especialmente à prática da relação de carreira para o Quadro Geral (administrativo), Saúde, Educação, Fisco, Procuradoria Geral, Defensoria Pública, Polícia Civil.

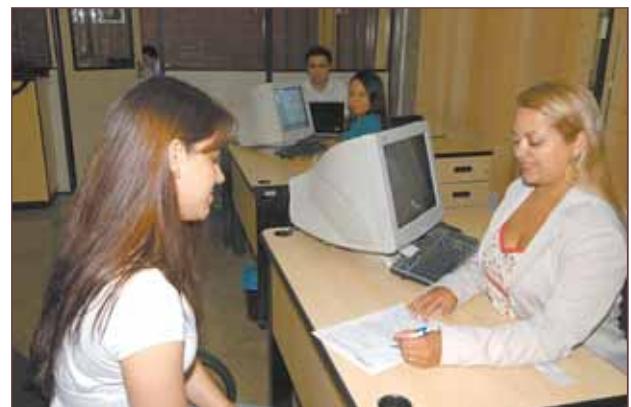
Se antes era menor o número de carreiras com mobilidade e esta só era possível baseada em critérios de merecimento e por decisão única do governador do Estado, hoje o que se observa é a definição de regras claras visando à evolução do servidor em sua carreira, não apenas por tempo de serviço, como também através da avaliação do seu trabalho dentro de critérios previamente estabelecidos.

Os critérios de progressão abrangem um conjunto de ações, entre interstícios, avaliação periódica de desempenho, assiduidade e qualificação. Na Progressão Vertical ocorre a evolução do profissional de um nível para outro superior mediante avaliação de desempenho e titulação, ou seja, a progressão em função da escolaridade atual do servidor. Já a Vertical ocorre mediante avaliação de desempenho e tempo de serviço. “As progressões horizontal e vertical podem ser apontadas entre as maiores conquistas dos servidores tocantinenses”, garante a secretária da Administração, Sandra Gondim, que vem atuando no processo de desenvolvimento do Sistema de Gestão de Cargos e Salários desde sua regulamentação. “Este governo propiciou aos servidores uma carreira que efetivamente resulta em mobilidade funcional”.

Carreiras

As categorias que já contam com Plano de Cargos, Carreiras e Subsídios com maior impacto na folha do Estado são o Magistério, a Saúde e o Quadro Geral, que juntas somam 26.486 servidores públicos efetivos.

A Lei 1.534 foi sancionada pelo governador Marcelo Miranda no dia 29 de dezembro de 2004. O enquadramen-



Garantia de mobilidade

to dos servidores efetivos do Quadro Geral ao novo PCCS foi automático, e os maiores beneficiados foram os funcionários que possuíam os requisitos exigidos para se enquadrarem em outra classe ou nível dentro do mesmo cargo, conforme estabelecido no Plano.

Esse foi o caso de centenas de profissionais concursados para exercerem cargos do Ensino Médio que apresentaram diploma de conclusão de curso superior, e daqueles de nível superior com cursos de pós-graduação, mestrado e doutorado. De acordo com Sandra Cristina, os novos PCCSs redefiniram e especificaram melhor os cargos e as classes dos servidores. “Antes do Plano, os engenheiros, por exemplo, possuíam uma única nomenclatura de cargo, ou seja, um engenheiro civil era tratado da mesma forma que um engenheiro agrônomo ou elétrico. Hoje, com o novo plano, foram enquadrados em cargos específicos, de acordo com a sua formação e atuação”, exemplifica.

Os PCCSs do Estado do Tocantins levam em consideração, entre vários itens, a complexidade das atribuições; os graus diferenciados de responsabilidade e de experiência profissional requeridos;

as condições e os requisitos específicos para o desempenho das atribuições; a instituição de perspectivas básicas de mobilidade funcional dos servidores na carreira e a decorrente melhoria salarial, mediante progressões horizontal e vertical; a redefinição das cargas horárias e jornadas de trabalho; a identificação e alteração de nomenclatura de cargos; a criação de novos cargos, avaliação de desempenhos entre outros.

O PCCS da Educação é considerado um marco para a educação tocantinense. Elaborado com a participação de professores, representantes do Sindicado dos Trabalhadores em Educação no Estado do Tocantins (Sintet), Conselho Estadual de Educação (CEE), diretores de escolas e Secretaria da Educação e Cultura, o PCCS foi aprovado em dezembro de 2004 pela Assembléia Legislativa e entrou em vigor dia 1º de março de 2005. O PCCS alterou o plano anterior, a Lei 1060, que não previa a progressão funcional. O plano beneficia os servidores de todos os níveis, tanto do quadro permanente, quanto do provisório, proporcionando todas as condições necessárias para progredir profissionalmente.



Servidores valorizados com carreiras definidas

PCCS em números

Desde a implantação do Plano de Cargos todas as carreiras tiveram progressões. O maior impacto está no Quadro Geral, onde pouco mais de 8 mil servidores foram beneficiados, primeiro com o enquadramento por tempo de serviço (80,45%) e apresentação de títulos (15,43%). Nas progressões seguintes, 19,21% dos servidores passaram pelo estágio probatório, 67,56% do total teve progressão horizontal e 64,48% a vertical, lembrando que há servidores beneficiados nas duas formas. Já entre os 9.754 profissionais do magistério, 95,87% foram beneficiados pelo enquadramento de 2005, depois 67,54% passaram pela progressão vertical e 45,01% pela horizontal.

EXPEDIENTE

Revista Governança e Desenvolvimento

Conselho Nacional de Secretários de Estado da Administração – Consad
Endereço: SRTVS - Qd. 701 - Lote 4 - Bl. O - Entrada A
Salas 128/130 - Brasília-DF
Fone: 61 - 3226 6569 / 8151 5150 - Site: www.consad.org.br
E-mail: consad@consad.org.br
Secretária-executiva: Iracy Gomes Nunes
Assessora de Comunicação: Andreia Salles

PRESIDÊNCIA

Presidente: Paulo César Medeiros de Oliveira Júnior - Rio Grande do Norte
1º Vice-Presidente: Sérgio Ruy Barbosa Guerra Martins - Rio de Janeiro
2º Vice-Presidente: Maria Marta Renner Weber Lunardon - Paraná

JUNTA FISCAL

Paulo Henrique Saraiva Câmara - Pernambuco
Maria Regina Sousa - Piauí
Sandra Cristina Gondim de Araújo - Tocantins

SECRETÁRIOS DE ADMINISTRAÇÃO

Acre – Mâncio Lima Cordeiro
Secretário de Estado da Gestão Administrativa
Alagoas – Guilherme Souza Lima
Secretário de Estado da Gestão Pública
Amapá – Wellington de Carvalho Campos
Secretário de Estado da Administração
Amazonas – Lígia Abraham Fraxe Licatti
Secretária de Estado da Administração e Gestão (em exercício)
Bahia – Manoel Vítorio da Silva Filho
Secretário de Estado da Administração
Ceará – Desirée Custódio Mota Gondim
Secretária de Estado de Planejamento e Gestão (em exercício)
Distrito Federal – Ricardo Pinheiro Penna
Secretário de Estado de Planejamento e Gestão
Espírito Santo – Ricardo de Oliveira
Secretário de Estado de Gestão e Recursos Humanos
Goiás – Luiz Edgar Leão Tollini
Superintendente de Gestão Estadual da Sefaz
Maranhão – Luciano Fernandes Moreira
Secretário de Estado da Administração e Previdência Social
Mato Grosso – Geraldo Aparecido de Vito Junior
Secretário de Estado da Administração
Mato Grosso do Sul – Thie Hugser Veigas Santos
Secretária de Estado da Administração
Minas Gerais – Renata Maria Paes de Vilhena
Secretária de Estado de Planejamento e Gestão
Pará – Orlando Bordallo Junior
Secretário de Estado da Administração
Paraíba – Antônio Fernandes Neto
Secretário de Estado da Administração



Paraná – Maria Marta Renner Weber Lunardon
Secretária de Estado da Administração e da Previdência

Pernambuco – Paulo Henrique Saraiva Câmara

Secretário de Estado da Administração

Piauí – Maria Regina Sousa

Secretária de Estado da Administração

Rio de Janeiro – Sérgio Ruy Barbosa Guerra Martins

Secretário de Estado de Planejamento e Gestão

Rio Grande do Norte – Paulo César Medeiros de Oliveira Júnior

Secretário de Estado da Administração e dos Recursos Humanos

Rio Grande do Sul – Elói Guimarães

Secretário de Estado da Administração e dos Recursos Humanos

Roraima – Ana Lucília Vieira Santos

Secretária de Estado da Gestão Estratégica e Administração

Rondônia – Valdir Alves da Silva

Secretário de Estado da Administração

Santa Catarina – José Nei Alberton Ascari

Secretário de Estado da Administração

São Paulo – Sidney Estanislau Beraldo

Secretário de Estado da Gestão Pública

Sergipe – Jorge Alberto Teles Prado

Secretário de Estado da Administração

Tocantins – Sandra Cristina Gondim

Secretária de Estado da Administração

REVISTA

Edição

Andreia Salles - 61 9231-1669

andreia@emporio.inf.br

Diagramação

Marcelo Moura

Capa

Cristiano Gomes

Matérias

As matérias e as fotografias desta revista foram gentilmente cedidas pelos incansáveis assessores de comunicação dos estados publicados nesta edição

Impressão

Alpha Gráfica

Tiragem - 2.000 exemplares

consad@consad.org.br